

Seção 3

Ata Circunstanciada da 48ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 48ª
(QUADRAGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 30 DE MAIO DE 2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está aberta a sessão de terça-feira, 30 de maio de 2023, às 15 horas e 4 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o nobre deputado Pastor Daniel de Castro para secretariar os trabalhos da Mesa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado, Presidente. V.Exa. me concede um minutinho, para eu me reportar ao pessoal que está na galeria? É bem rápido mesmo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Tem a palavra V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar a todos os senhores e senhoras que estão na galeria, reivindicando um direito justo. (Palmas.)

Eu fiz questão de entrar pela portaria principal – porque eu vi a quantidade de pessoas que havia lá – e reforçar um compromisso desta casa. Este compromisso não é só de um deputado; é de todos, porque estamos juntos. E vou falar para os senhores o que eu falei lá fora: temos muita confiança. Uma das confianças que temos está depositada no nosso presidente, deputado Wellington Luiz, que sei que já deu a sua palavra. É uma ponte extraordinária entre esta casa e o Governo do Distrito Federal. Eu tenho certeza de que Deus há de iluminar a mente dele e há de iluminar esse governo, para encontrarmos a melhor saída para os senhores, está bem?

Sejam bem-vindos a esta casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Dá-se início aos
Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, as seguintes atas de sessões anteriores:

– [Ata Sucinta da 46ª Sessão Ordinária](#), de 24 de maio de 2023.

– [Ata Sucinta da 47ª Sessão Ordinária](#), de 25 de maio de 2023.

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dispensa a leitura e dá por aprovadas sem observações as atas mencionadas.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado.

Estão aqui presentes o nosso vice-presidente, deputado Ricardo Vale, o deputado Max Maciel e o deputado Pepa.

Mais uma vez, em meu nome e em nome de todos os colegas parlamentares, reafirmamos o nosso compromisso em poder resolver esse grave problema. Não há um representante ainda do Buriti aqui, mas, tão logo cheguem, vamos chamá-los para conversar e ver se há algum encaminhamento.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Cumprimento o pessoal do Pró-DF pelo projeto. Mais uma vez, registro o nosso compromisso. O deputado Pastor Daniel de Castro e a deputada Paula Belmonte estão encaminhando a matéria. Esta casa está à disposição. O deputado Chico Vigilante tem feito um papel importante nesse processo, juntamente com o deputado Eduardo Pedrosa. Se Deus quiser, vamos votar a matéria o mais rápido possível.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente. Boa tarde aos parlamentares, aos servidores públicos que estão aqui. Boa tarde à população do Distrito Federal que se encontra nessa galeria e a você que assiste a esta sessão pelo YouTube ou pela televisão.

Presidente, ontem nós estivemos no Buriti. O governador Ibaneis assinou a remissão da taxa de ocupação, relativa a 2022, das feiras do Distrito Federal, dos feirantes do Distrito Federal.

As feiras sofreram muito, deputado Pastor Daniel de Castro. Durante a pandemia, estavam com muita dificuldade. O governador prometeu, durante a campanha, que faria essa remissão. Ontem ele assinou o decreto em que se efetivou a remissão.

Eu gostaria de celebrar esse avanço na vida do empreendedor do Distrito Federal, em especial dos feirantes, e lembrar que é o empreendedor quem gera riqueza, quem produz, quem gera emprego e quem gera, no final das contas, dignidade para a população.

Há outras situações que continuam pendentes, e eu gostaria de enumerar algumas delas. A primeira são problemas com relação aos débitos de água e luz. Esses débitos, deputado Chico Vigilante, como o senhor bem sabe, muitas vezes, são colocados nos nomes das associações. Alguns presidentes das associações estão com o nome sujo, muitos deles com seus imóveis e móveis penhorados para pagar a dívida da associação.

Há ainda milhares de boxes, deputado Chico Vigilante, que estão desocupados e ainda não foram reavidos para serem colocados novamente à disposição, o que faz com que milhares de famílias não tenham como trabalhar.

Então, aproveito, aqui, deputado Pastor Daniel de Castro, para celebrar a remissão assinada ontem pelo Governo do Distrito Federal, pelo governador Ibaneis, fazendo esses apontamentos que muito afligem a comunidade que trabalha nas feiras do Distrito Federal.

E reitero: é a livre iniciativa, é o empreendedorismo, é a força de trabalho da iniciativa privada que gera emprego, que gera renda, que gera receita e, no final das contas, repito, gera dignidade para a população. O nosso povo, deputado Chico Vigilante, quer trabalho. O nosso povo quer trabalhar. O nosso povo quer liberdade para empreender, para gerar e para levar o sustento para casa. Os nossos pais e as nossas mães de família querem ter a dignidade de trabalhar o mês inteiro e poder levar o sustento para as suas casas e para os seus filhos.

Há centenas de milhares de empreendedores no Distrito Federal, em Brasília; não só os feirantes, mas os pequenos comerciantes, principalmente os micro e os pequenos, que são aqueles que têm maior dificuldade. Nós precisamos nos voltar para eles e facilitar as suas vidas; diminuir o peso do Estado, diminuir a burocracia, diminuir a tributação; permitir que a livre iniciativa e a iniciativa privada produzam o que sempre fizeram ao longo da história: riqueza. O Distrito Federal vai ser rico quando a iniciativa privada tiver mais liberdade para produzir.

Eu passo, agora, deputado Pastor Daniel de Castro, a um assunto que eu penso que nos toca a todos: a visita do ditador assassino Nicolás Maduro ao Brasil. Recebido com pompa. Recebido como se fosse um chefe de Estado. Recebido como se fosse um estadista.

Eu tive o desprazer de assistir, hoje, no Metrôpoles, ao presidente Lula dizendo que vai entregar uma narrativa, a possibilidade da construção de uma narrativa a Nicolás Maduro, uma narrativa contra os fatos.

Honestamente, não dá para imaginar que o pai da mentira tenha qualquer compromisso com a verdade, mas negar os fatos que os nossos olhos veem desde a época de Hugo Chaves; não dá! Negar o fato de que há carros passando por cima da população da Venezuela, literalmente; não dá. Negar que mais de 6 milhões de venezuelanos fugiram da miséria e da fome a que o socialismo condenou aquele país; não dá. Negar que os jovens venezuelanos foram para as ruas em busca de liberdade na luta contra uma ditadura tirana e receberam contra si tiros no peito, na cabeça, foram assassinados pelo governo; não dá. Entregar ares de democracia a um conhecido narcotraficante, que foi assim reconhecido pelo governo dos Estados Unidos, que oferece 15 milhões de dólares a quem disser onde

ele está; não dá. Ele estava aqui no Palácio do Planalto, sendo recebido pela República Federativa do Brasil como se recebe um presidente de um estado e não um ditador sanguinário, que ele é. Há uma recompensa de 15 milhões de dólares por Nicolás Maduro. Quem oferece é o governo dos Estados Unidos. Os crimes: narcotráfico, corrupção e lavagem de dinheiro.

A ONU diz que esta é uma ditadura sanguinária. Quem diz é a ONU. Mas nós estamos aqui a recebê-lo como se fosse mais um presidente, e dizendo que a América do Sul precisa se unir. A América do Sul precisa se unir, sim, mas não desse jeito. A América Latina precisa se unir, sim, mas contra essas ditaduras, contra a ditadura da Venezuela, contra Nicolás Maduro, contra Ortega, na Nicarágua, e contra esses ditadores, esses, sim, fascistas, que arruinam as suas nações e – eu repito – assassinam o seu próprio povo.

Então, fica aqui o meu repúdio à presença dele aqui no Brasil. O PL fez uma moção de repúdio contra a presença dele aqui no Brasil. A proposta é feita pelo nosso líder da bancada, deputado Daniel Donizet...

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – A proposta é feita pelo nosso líder da bancada, deputado Daniel Donizet, e assinada por todos os parlamentares do PL. Eu peço, deputado Pepa, que cada um de nós apoie a iniciativa do PL.

Sr. Presidente, eu lhe agradeço e desejo uma boa tarde para V.Exa., para os demais deputados e para o pessoal da Pausa, que está aí como sempre. Um abraço. Boa tarde.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Gente, só um minutinho por favor. Olha só, primeiro, mais uma vez aqui, a Câmara Legislativa está apoiando, de forma integral, esse pleito, porque nós sabemos que é justo. Eu só vou pedir uma gentileza a vocês. Quando o parlamentar estiver falando, respeitem a fala dele. Depois vocês podem falar o que vocês quiserem. Não há problema nenhum. A democracia reina nesta casa, mas é importante deixar o parlamentar falar, até porque são parlamentares que estão apoiando a causa de vocês, e nós vamos precisar de cada uma e cada um deles.

Segundo, acabamos de conversar aqui com o Gustavo Rocha, eu, o deputado Ricardo Vale, o deputado Pastor Daniel de Castro, o deputado Martins Machado e o nosso líder, que acabou de chegar agora. Vou, inclusive, deputado Robério Negreiros... O Gustavo reafirmou o compromisso de tentar buscar uma solução o mais rápido possível. Dei ciência a ele, César, que segunda-feira a folha estará reabrindo. Portanto, é importante que o projeto de lei chegue aqui o mais rápido possível. Ele se comprometeu a falar com o governador o mais rápido possível.

Eu vou falar com o Ney daqui a pouquinho, junto com os demais deputados. Agora, de fato, é uma ação do Executivo. Nós estamos fazendo uma composição, propondo, inclusive, que a Câmara Legislativa faça parte desse processo, porque nós assumimos a nossa responsabilidade quando esse projeto de lei foi aprovado aqui nesta casa, quando o veto foi derrubado.

Então, o que nós precisamos agora de vocês é compreensão de que há necessidade de que o projeto venha primeiro para cá. Antes disso, nós não temos como fazer nada – vocês sabem disso –, até porque não vamos apresentar outro projeto que possa ser considerado inconstitucional e ficar enrolando vocês. Isso não é do meu feitio nem do feitio de nenhum dos deputados que aqui se encontram.

Então, vamos trabalhar forte para que isso aconteça. Mais tarde, o nosso líder do governo vai estar junto com o nosso chefe da Casa Civil, a nosso pedido, para nós tabularmos uma solução.

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Como líder do governo. Sem revisão do orador.) – É o que o presidente falou. Nós vamos tentar buscar o diálogo. O problema é no Poder Executivo. O Poder Legislativo aqui está para tentar justamente fazer essa interface. E o esforço, vocês já viram tanto no Colégio de Líderes...

Nós tentaremos sensibilizar o Poder Executivo a resolver isso. É uma situação que vem da legislatura passada. Foi feita uma votação afrontando um vício de iniciativa, e agora a coisa aconteceu. Nós vamos tentar resolver da melhor maneira possível. Que fique muito claro que isso tem que vir do Poder Executivo, mas o esforço é latente e é o que nós estamos fazendo com todas as forças possíveis.

Entendo que isto não é fácil: vocês tinham uma gratificação de 5 mil reais, e ela baixou para

1.900 reais. Isso mexe com as famílias. Nós vamos tentar resolver isso, com a liderança aqui desta casa e, mesmo com a independência do Poder Legislativo, com a liderança do nosso presidente, deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado. Estava só acertando uma questão com o deputado Joaquim Roriz Neto, a quem saúdo, juntamente com o deputado João Cardoso, deputado Gabriel Magno.

Eu gostaria de parabenizar todos os deputados que participaram do movimento dos professores; foi fundamental a interlocução dos senhores e senhoras. Portanto, eu agradeço muito. Houve o fim da greve, e esta casa, graças a Deus, teve um protagonismo, deputado Chico Vigilante, fundamental. Sabemos do trabalho que vocês tiveram, por isso agradeço muito. Da mesma forma que encontramos soluções no caso dos professores, encontraremos também no caso da Paus e do Pró-DF também que estão aqui.

Só lembrando que a nossa vice-governadora, Celina Leão, encontra-se na Câmara; daqui a pouco falaremos com ela. Queria apenas saudá-la.

Concedo a palavra ao nobre deputado Chico Vigilante, pela liderança.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, quero saudar todas as pessoas que estão aí na galeria e dizer que essa questão da Paus depende da assinatura do governador. Na hora em que mandar o projeto, estaremos prontos para votá-lo aqui. A Câmara não tem como fazer outro projeto, mas há uma situação, presidente, que precisamos e podemos resolver: a questão do Pró-DF.

Eu e V.Exa. acompanhamos esse assunto há tanto tempo, acho que não vai ser o último que vai passar por aqui, mas nós estamos prontos para votá-lo, é importante votá-lo, é fundamental para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal e para dar tranquilidade jurídica a esses trabalhadores e trabalhadoras que estão aqui.

Presidente, há outro assunto que eu quero abordar, que é com relação à falta de vergonha dos proprietários de postos de combustíveis do Distrito Federal, liderado pelo presidente do sindicato.

Quando eles ficaram sabendo que a Petrobras ia diminuir em 40 centavos o preço do litro da gasolina, o que eles fizeram? Imediatamente, houve posto que aumentou para R\$5,79. Depois, quando a Petrobras diminuiu o preço, eles fizeram uma maquiagem e, dos 40 centavos que a Petrobras diminuiu, eles se apoderaram de 20 centavos. Portanto, ficou metade para a população e metade para esses gananciosos.

Agora, presidente deputado Wellington Luiz, que o ICMS vai subir, sabe o que eles fizeram? Aumentaram de novo o preço da gasolina, enquanto o ICMS não subiu ainda, e botaram culpa na distribuidora, dizendo que está faltando gasolina no Distrito Federal; o que é mentira! Tomei conhecimento dessa falácia dessa cambada de marginais que se apoderam da população indefesa e liguei para o diretor-geral da Polícia Civil. Eu tinha denunciado essa farsa. O delegado da defesa do consumidor abriu inquérito e está investigando. Hoje, eu liguei para o doutor Robson, dando essa notícia. Ele me garantiu – V.Exa. o conhece e sabe da seriedade com que ele trata as coisas – que, ainda hoje, vai mandar equipe de policiais civis à sede das distribuidoras para pegar as notas fiscais e mostrar que não está faltando gasolina no Distrito Federal.

Portanto, é caso de polícia. Está sendo tratado pela polícia porque é caso de polícia! Nós não podemos ter uma população indefesa, da maneira que está, na mão desses especuladores. Essa é a nossa luta. Vamos continuar lutando. É difícil? É, mas vamos continuar enfrentando-os, em defesa da população do Distrito Federal.

Eu vi uma foto do governador assinando um decreto de remissão do preço das feiras, de abril a junho. É importante dizer que, no ano passado, fizemos a remissão aqui do conjunto de todo o período da pandemia. Havia a garantia do governador Ibaneis Rocha de que faria a remissão dos meses que não foram alcançados pela remissão anterior.

Só que há um detalhe grave, presidente, no qual o governador precisa agir urgentemente. As administrações mandaram nomes de feirantes para a dívida ativa e para protesto em cartórios. Os cartórios estão cobrando 300 reais para as pessoas retirarem os títulos lá protestados. Portanto, é preciso que o governador aja e determine, inclusive, abertura de inquérito para saber a mando de quem as pessoas fizeram isso nas administrações, para poder proteger efetivamente os feirantes, os quiosqueiros e os permissionários de terminais rodoviários. Temos um período muito grande de luta junto a essa gente. Sempre vou lutar ao lado deles.

Por último, presidente, quero abordar a visita do Nicolás Maduro ao Brasil. Eu acho impressionante como a extrema direita do Brasil é seletiva. Acusam o Maduro, protestam contra o Maduro e dizem que ele impõe uma ditadura sanguinária. Mas nunca vi ninguém aqui protestando contra o presidente da Arábia Saudita, um ditador, efetivamente, que esquartejou um jornalista. O governo da Arábia Saudita patrocinou o esquartejamento de um jornalista, dentro de uma embaixada! Foi o crime mais horrendo que já aconteceu.

O então presidente do Brasil, da extrema direita, recebia presentes e presentes do ditador da Arábia Saudita. Recebeu um colar de 16 milhões de reais! Por que a extrema direita brasileira não protestou contra isso? São seletivos! Essa é a verdade!

O Maduro é um presidente eleito pelo povo dele. Não cabe a nós nos metermos nas questões de autodeterminação dos povos.

Eu quero, por último, presidente, dizer o seguinte: V.Exa. veja o quanto que os Estados Unidos... americano é bicho danado. O pessoal fica protestando aqui no Brasil, mas vocês sabiam que o boicote proposto pelos Estados Unidos, deputado Thiago Manzoni, não impede que mercadorias americanas sejam comercializadas lá dentro da Venezuela. Não há nenhum tipo de impedimento de eles as venderem. Eu tenho amigos que estão morando e trabalhando com comércio na Venezuela e me dizem que os produtos são americanos. Portanto, os Estados Unidos são muito bons para colocar boicote em tudo, mas não impedem de venderem os produtos deles, porque eles querem que o americano ganhe mais dinheiro. E é isso que está acontecendo efetivamente lá com relação à Venezuela.

Portanto, o problema da Venezuela é problema do povo da Venezuela e eles que resolvam. Não sou eu que vou me meter nas questões de...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Deputado Chico, só fazendo uma observação com relação a uma cobrança muito oportuna sua sobre aquela cobrança indevida que está sendo feita. Ainda ontem, o Valdenir, representante dos feirantes e dos quiosqueiros, reclamou para o governador e S.Exa. determinou que o nosso secretário da DF Legal resolvesse isso, fizesse o que fosse necessário. Então, só para dizer que V.Exa. está na mesma página, no mesmo sentido nosso e o governador se comprometeu que vai resolver isso. Está bom? Apenas para observar e agradecer.

Eu quero pedir licença por aproximadamente 45 minutos, 1 hora. Eu, o deputado Hermeto e o deputado Roosevelt temos uma reunião no Ministério da Justiça, mas nós voltaremos para cá, porque há projetos importantes a serem apreciados.

Vamos tentar chegar a um acordo para votar o Pró-DF hoje. Há a questão da Defensoria Pública, da Adasa, mas, de fato, nós, deputados ligados à segurança pública – claro que todos os parlamentares estão convidados –, mas nós que somos oriundos dessas categorias precisamos estar lá.

Portanto, passarei a presidência ao nobre deputado Ricardo Vale e até mais ou menos umas 16 horas, 16 horas e 30 minutos, nós estaremos por aqui. Está bom?

Até daqui a pouco. Muito obrigado.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, presidente. Assumo a presidência.

DEPUTADO DANIEL DONIZET – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DANIEL DONIZET (PL. Sem revisão do orador.) – Presidente, ontem foi um dia muito triste para a democracia brasileira, para a história negativa do nosso país. Um chefe de Estado receber, de fato, uma pessoa criminoso, um ditador sanguinário.

Quem pensa diferente não tem argumento contra os fatos. Para se ter ideia, quem aqui viu recentemente diversos, centenas, milhares de venezuelanos pedindo ajuda, inclusive aqui no Brasil. Eu já andava aqui no Setor Comercial Sul e havia venezuelano pedindo comida. Para se ter ideia, foram mais de 6,8 milhões de refugiados imigrantes que saíram da Venezuela. Para se ter uma ideia do impacto que isso causa, hoje lá na Ucrânia, que está em guerra, são 6,8 milhões de refugiados. Só que aquele é um país que está em guerra.

Contra fatos não há argumentos. A Venezuela continua enfrentando uma grande crise econômica e uma política assustadora. É digno de um filme de terror.

O que mais me chocou foi o presidente do nosso país receber esse vagabundo aqui e ver os militares batendo continência. Com certeza absoluta esses militares foram obrigados a fazer isso. Esse cara entrar no Palácio do Planalto com tapete vermelho como se fosse cidadão de bem?! Isso só floresce cada vez mais a população brasileira para acordar. De fato, está ficando cada vez mais claro e só vem confirmar que a nossa bandeira nunca mais poderá ser vermelha.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Daniel Donizet.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Estamos nos Comunicados de Líderes, mas, como há apartes, concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente, pela concessão da palavra.

Quero comentar o que está acontecendo exatamente neste momento no Brasil: a volta do protagonismo brasileiro na política mundial.

Presidente, a Unasul foi criada em 2008 pelo presidente Lula. Ela foi muito importante para a reorganização dos países sul-americanos diante daqueles que governaram o Brasil por 500 anos, até 2002, e que sempre venderam os interesses nacionais para os Estados Unidos.

Foi em 2008, sob a liderança do Lula, que se constitui um bloco no continente para defender os interesses dos países da América do Sul. Infelizmente, em 2019, o Brasil sai da Unasul por iniciativa do ex-presidente genocida. E quem está dizendo isso é a justiça brasileira do Rio Grande do Sul, que condenou agora o pagamento de 54 milhões de reais àqueles e àquelas que receberam tratamento precoce contra a covid. Quem mais fez apologia ao tratamento precoce contra a covid foi o ex-presidente da República. Ele é genocida porque causou a morte de milhares de brasileiros.

Em 2023, neste exato momento, sob a liderança do presidente Lula novamente, a Unasul é recomposta para defender os interesses da América Latina e da América do Sul.

Quero dizer aqui, presidente, que, às vezes, é muito engraçado como o bolsonarismo se comporta. Porque foi dito aqui que era um absurdo defender ditadura, mas nenhum dos 10 presidentes que estão no Brasil hoje vieram para dar joias, fruto de propina de quem vendeu o patrimônio nacional. Falaram aqui de tráfico de drogas, mas se calam sobre o avião de maconha da senadora da República. Nenhuma palavra do avião do tio da senadora da República, Damares Alves, que foi apreendido agora com não sei quantos quilos de maconha – 300 quilos! Nenhuma palavra, presidente. Nenhuma palavra!

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra para uma questão de ordem.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Permita-me apenas concluir.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Solicitei uma questão de ordem. Nós estamos nos Comunicados de Líderes, depois passaremos aos Comunicados de Parlamentares, e o que está acontecendo, deputado Gabriel Magno? A questão de ordem não está sendo questão de ordem. Este é um parlamento, vem de *parlare*, que significa “falar”. Mas o que está acontecendo? Estamos pedindo questão de ordem e utilizando como fala. Aí há deputado falando 1, 2, 3 vezes e ninguém vota...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Com todo o respeito, deputado Robério Negreiros...

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Não conseguimos fazer nada aqui. Você vai ter o tempo de fala.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Com todo o respeito, deputado Robério Negreiros...

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Você vai ter a fala de parlamentar, todos vão ter, porque toda discussão ideológica, que é válida também e eu também vou falar sobre isso...

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Já houve outras questões de ordem sobre isso aqui.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Eu vou falar na minha vez, porque questão de ordem é questão de ordem. Estão banalizando a questão de ordem aqui.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Eu entendo, deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Desculpe-me por falar isso.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Eu entendo, deputado Robério Negreiros, mas então nós temos que criar um procedimento nesta casa para contar o tempo, porque já houve outras questões de ordem de outros deputados aqui que não foram questionados nem interrompidos.

Então, eu gostaria de terminar a minha questão de ordem, por favor, presidente...

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Conclua.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – E aí definimos um parâmetro para as questões de ordem, porque não pode ser de acordo com a opinião de quem está falando. Eu quero concluir, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Vamos respeitar as questões de ordem. O deputado Daniel Donizet pediu e falou, agora o deputado Gabriel Magno está falando.

Depois, vamos discutir como é que fica essa nossa sistemática. Há algumas ideias que já estão sendo discutidas, mas, por enquanto, vamos respeitar a fala do deputado Gabriel Magno, para quem peço que conclua.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Eu agradeço a garantia da fala, presidente. Já vou concluir.

Para encerrar, o que acontece hoje em Brasília é mais um fato histórico.

Quanto à Venezuela, eu, particularmente, e o meu partido concordamos com vários dos avanços que aconteceram no país e temos divergências, mas quem trata das questões domésticas da Venezuela é o povo venezuelano, que tem eleições livres, reconhecidas pelos organismos internacionais.

Quero dizer mais uma vez aqui: tratar de genocídio neste plenário é bom. Que bom que esse tema está vindo para identificarmos aqueles que cometeram crime contra o povo brasileiro, aqueles que gostam de gente morta e dinheiro vivo, que são pegos em rachadinhas, em esquemas com ajudantes de ordem, com a mão na propina, que cometeram vários crimes contra o povo brasileiro e vão começar a pagar, presidente. Vão começar a pagar porque a justiça está reconhecendo que aqueles que defenderam tratamento precoce contra a covid cometeram crime contra a vida de milhares de brasileiros.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Questão de ordem do deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos e a todas.

Antes de qualquer coisa, eu gostaria de falar para o deputado Gabriel Magno que eu respeito o direito de fala dele. Eu respeito o direito de fala dele. Não concordo com o que ele fala, mas respeito o direito de fala. Sabe quem não respeita direito de fala, quem não tem respeito por democracia? É o presidente Maduro, que foi recebido com tapete vermelho aqui no Brasil. O Exército Brasileiro bateu continência para ele. Não houve nenhum líder saudita vindo aqui e sendo recebido dessa forma, não. Não houve nenhum outro ditador que veio aqui e foi recebido dessa forma, não.

A Venezuela já foi uma vez o quarto país mais rico do mundo, e, hoje, se você colocar “Venezuela” e “fome” no Google, você vê o cidadão venezuelano olhando dentro do lixo, comendo comida do lixo, porque ele não tem o que comer. E não são só os Estados Unidos que falam que a Venezuela é corrupta, não.

Gente, é muito importante falar sobre essas coisas porque o povo brasileiro precisa entender o que está acontecendo. O povo brasileiro precisa entender o que está acontecendo! A Venezuela não é reconhecida como democracia por mais de 50 países das Nações Unidas. Estamos aqui fazendo parceria com um genocida, enquanto países da Europa e os Estados Unidos vão nos virar as costas. Vamos perder recursos, vamos perder parcerias.

Enquanto tudo isso está acontecendo, ficamos aqui falando de Bolsonaro, que nem é mais presidente. Os deputados precisam se atualizar. Falam de 16 milhões em joias? E os 13 bilhões que a Venezuela deve ao Brasil? Quantos empréstimos teremos que fazer à Venezuela para ficarmos ainda mais endividados, para os projetos não irem para frente, para os servidores não conseguirem aumento, para o Brasil não ter estrutura? Precisamos que o dinheiro fique no Brasil para que possamos dar valor ao povo do Brasil. Como o deputado Chico Vigilante falou: “Os venezuelanos precisam cuidar das suas questões”, mas não precisamos compactuar com a ditadura. Não podemos compactuar com esse tipo de coisa. Eu vou falar para vocês que, se continuarmos nesse caminho, o Brasil ficará muito mais isolado do que qualquer pessoa possa imaginar.

Vou concluir a minha fala dizendo, deputado Thiago Manzoni, que quem me dera se existisse um projeto de lei federal que exigisse que o presidente fizesse o teste do bafômetro antes de começar a falar no microfone para a imprensa. Assim, o Brasil se safaria de muita vergonha pela qual ele passa.

(O microfone é desligado.)

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Peço desculpa pelo meu desabafo. Eu queria rapidamente falar do Distrito Federal, pois estamos aqui para falar do Distrito Federal.

Eu queria cumprimentar o deputado Max Maciel aqui presente, um grande defensor do transporte. Eu queria falar um pouco sobre isso. Há alguns dias, eu protocolei um projeto de lei que determina que se aceite o pagamento por pix no transporte público. Eu tenho uma notícia muito boa, eu já estou conversando com o pessoal do BRB Mobilidade. Eles já estão aptos e prontos para aportar esse tipo de demanda dentro do transporte público, que facilitará os pagamentos e vai criar mais segurança.

Acredito haver a possibilidade de que isso seja implementado sem precisarmos de um projeto de lei. Estamos conversando. Eu queria dizer ao deputado Max Maciel que pode contar comigo no que for preciso para ajudar o transporte público do Distrito Federal. O meu avô, o nosso ex-governador Joaquim Roriz, foi um visionário em relação ao transporte público. Ele trouxe o metrô para Brasília. Eu quero fazer de tudo para que o transporte público no Distrito Federal avance ainda mais.

Muito obrigado.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra para uma questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, para colaborar, eu gostaria de dizer que, diante da complexidade geopolítica internacional, devemos respeitar a soberania popular dos povos e das nações. Então, de todas as contradições que possamos ter ou não com a Venezuela, essa é uma decisão da soberania do povo da Venezuela, não compete a nós interferirmos nessa relação.

É importante trazermos para o debate que a Venezuela vive um embargo econômico, diferentemente do Brasil. Tratando-se de fome, nós podemos dar uma volta no Setor Comercial Sul, na rodoviária, e, se alguém não estiver vendo gente passando fome em Brasília, há uma contradição histórica muito grande.

Meu respeito à soberania popular da Venezuela, que o povo da Venezuela decida o seu caminho.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Deputados, vamos dar continuidade aos Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Daniel Donizet. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Maioria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, uma ótima tarde.

Eu quero, senhor presidente, fazer uma fala de utilidade pública. Infelizmente, ontem, por volta das 17 horas e 20 minutos, alguns vagabundos, meliantes, clonaram o meu WhatsApp e estavam espalhando mensagens pedindo pix. Primeiro, deputado Daniel Donizet, começaram pedindo R\$1.800,00 e depois foram baixando. Então, eu faço um alerta à população brasileira para ter muito cuidado com essa questão das redes sociais.

Ligaram para o meu telefone se passando pela assessoria do deputado federal Fred Linhares, mandaram um convite falando que o deputado estava convidando para um evento. Automaticamente, o meu WhatsApp foi desconectado. Eu quero agradecer a imprensa do Distrito Federal que divulgou esse ato criminoso.

Eu quero pedir a esta casa que realmente dê importância a essa situação, que dê mais visibilidade ao que está acontecendo não somente com o meu WhatsApp mas também com o

WhatsApp da sociedade brasileira. Estão pesquisando vários empresários, várias pessoas da sociedade. Esses criminosos estão clonando e usando o nome de pessoas de boa-fé. Senhor presidente, isso é inaceitável. Nós não podemos aceitar essa atitude criminosa.

Eu quero dizer a vocês que fiz o boletim de ocorrência, conversei com o delegado, e ele já está fazendo todo o trabalho para poder colocar esses bandidos, esses vagabundos na cadeia. Eu sei que isso é difícil, mas com empenho da nossa gloriosa Polícia Civil do Distrito Federal, vamos, sim, buscar e localizar esses criminosos.

Eu fiquei muito chateado e estou muito chateado, mas quero dizer que o meu WhatsApp, presidente, já voltou ao normal, graças a Deus. Vamos ter muito cuidado e não vamos clicar nesses códigos, nesses convites que chegam ao nosso WhatsApp, deputado Robério Negreiros. Então, essa é uma questão de utilidade pública.

Quero dizer que a imprensa do Distrito Federal tem feito o seu papel e, por isso, quero destacar o portal Metrôpoles, o *Correio Brasileiro*, todos os *blogs* do Distrito Federal, a própria TV Globo e também a TV Record que estão fazendo esse alerta.

Não podemos permitir que esses meliantes, que esses vagabundos clonem o nosso WhatsApp, as nossas redes sociais e façam mal à sociedade. Nunca pedi dinheiro por telefone, nunca pedi dinheiro pelo WhatsApp. Então, muito cuidado, não vamos cair em *fake news*.

Que Deus nos abençoe e que esta casa, presidente, possa debater projetos para a sociedade brasileira. Confesso para vocês que já estou chateado com essa situação aqui de Lula e de Bolsonaro. Enquanto isso, as comunidades carentes estão sofrendo com a falta de transporte, com a falta de saúde pública, com a falta de educação, com a falta de segurança pública e com a falta de saneamento básico. Vamos pautar algo, pois foi para isso que a sociedade brasileira nos colocou aqui. Estou de saco cheio e estou aguardando que venham projetos para resolver a problemática da sociedade de Brasília.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Rogério Morro da Cruz.

Quero aproveitar esta oportunidade para saudar também os trabalhadores que tiveram o Pasus confiscado. Digo que estamos com vocês! Saúdo também os micro e pequenos empresários do Pró-DF.

Vamos dar continuidade às falas nos Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno. (Pausa.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

Quero iniciar o meu comunicado saudando os trabalhadores do Pasus.

Eu quero dizer, presidente, que na semana passada estivemos junto com o presidente desta casa, deputado Wellington Luiz; com o deputado João Cardoso; e com o secretário da Casa Civil, Gustavo Rocha, para pensar, juntamente com o governo, numa solução para esse problema que é urgente e imediato.

Os trabalhadores não podem ser aqueles que pagam pelos erros cometidos pelo Poder Executivo ou pelo Poder Legislativo. (Palmas.) É preciso que os Poderes assumam os seus compromissos e as suas responsabilidades com centenas de trabalhadores. Fica aqui a minha solidariedade e o nosso compromisso para resolver esse problema o mais rápido possível.

Presidente, permita-me tocar um áudio, porque temos trazido a esta casa, por várias vezes, um debate sobre a cultura. O presidente deputado Wellington Luiz nos trouxe também o anúncio da suspensão da greve dos professores. Quero iniciar a minha fala sobre esse assunto com o áudio de uma canção que marcou mais uma greve, mais uma mobilização dos educadores desta cidade.

(Reprodução de áudio pelo deputado.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Sr. Presidente, é nas palavras da Leci Brandão que eu quero bater palmas para os professores e as professoras desta cidade, porque nos ensinaram – nesses 22 dias de greve – como se constrói cidadania, democracia, garantia de direitos e respeito.

Foi uma greve, presidente, que mobilizou o Poder Legislativo desta cidade. Foi uma greve que dobrou o Poder Executivo e o governador, que começou dizendo que não negociava com categoria em greve. No entanto, ele teve que negociar, ele teve que apresentar uma proposta, que, obviamente, não

resolve os problemas da educação pública, mas que mostra, mais uma vez, como as professoras e os professores são tão fundamentais para a construção desta cidade.

Eu quero, presidente, mais uma vez, não só saudar e parabenizar os professores e as professoras, mas dizer que a luta continua. Primeiro para cobrar do governo que encaminhe – ainda neste semestre – os projetos de lei para que esta casa vote os acordos e os compromissos firmados para a suspensão da greve. Quero dizer também que a luta continua porque, mesmo cumprindo os acordos, ainda há muito a se avançar na meta 17 do Plano Distrital de Educação e em todas as outras metas.

As salas de aula continuam superlotadas e não vão deixar, infelizmente, de ficarem superlotadas porque a greve foi suspensa. É preciso a contratação imediata de mais professores, mais orientadores educacionais, psicólogos, assistentes sociais, servidores das mais diversas carreiras que atuam dentro da escola. É preciso, presidente, que essa pauta da educação pública, de fato, ganhe o debate da sociedade e a agenda prioritária do poder público.

Eu não poderia deixar de vir aqui parabenizar esta categoria, após 22 dias de uma greve que ensinou muito a nós e a esta cidade, dando aula de cidadania para o povo do Distrito Federal e para os seus governantes. Parabéns, mais uma vez, professores e professoras!

Quero encerrar, presidente, fazendo um apelo. Hoje há um debate no Congresso Nacional que diz respeito a cada um e a cada uma de nós. O Congresso Nacional quer votar o Projeto de Lei nº 490, do marco temporal das terras indígenas. Isso é um crime, presidente, contra a Constituição, é um crime contra os povos originários, contra o meio ambiente, contra o povo brasileiro. O Congresso quer antecipar um debate do Supremo Tribunal Federal e passar a boiada.

Quero dizer que quem votar a favor do Projeto de Lei nº 490, estará votando a favor do extermínio dos povos indígenas e dos povos originários. A aprovação desse projeto causará mais morte.

A mobilização acontece hoje em vários lugares do país e, aqui em Brasília, em frente ao Congresso Nacional. “Não” ao Projeto de Lei nº 490, que significa o extermínio e o genocídio dos povos indígenas e dos povos originários.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (Bloco A Força da Família. Como líder. Sem revisão do orador.) – Cumprimento a mesa na pessoa do nosso vice-presidente deputado Ricardo Vale, bem como todos os parlamentares aqui presentes, os assessores e a TV Câmara Distrital, que divulga o nosso trabalho através da transmissão. Cumprimento todos os que estão aqui no plenário e na galeria também, os enfermeiros.

Hoje, há 37 carreiras de servidores públicos que estamos acompanhando no nosso mandato. Eu, que sou servidor público de duas carreiras, e a deputada Dayse Amarílio, que está à frente dessa nomeação – ela sabe que pode contar comigo como seu assessor. Contem conosco para o que precisarem. Ela sabe que pode contar comigo. Estaremos sempre em defesa dos servidores públicos.

Cumprimento, também, o pessoal do Pasus, de quem não preciso nem falar. É uma coisa injusta o que tem acontecido com vocês. Eu, como servidor público, sei muito bem o que é isto: ter uma gratificação e essa gratificação – sem vocês terem culpa de nada – ser retirada. Contem conosco. A Câmara Legislativa está apta a votar. Eu tenho certeza de que todos os 24 deputados estão apoiando a causa de vocês. Vamos continuar pressionando, pedindo ao governo que cumpra o que é correto. Contem conosco. (Palmas.)

Eu gostaria de falar, também, presidente, sobre a questão do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Há, nesta casa, um parlamentar, um representante daquela corporação, que é o deputado Roosevelt, que, no momento, não se encontra aqui, mas eu também quero parabenizá-lo.

Hoje, está à frente da corporação a coronel Mônica, que é a comandante do Corpo de Bombeiros. Ela tem prestado um serviço muito bom através dessa liderança que tem exercido. Quando eu a conheci, deputado Pepa, lá na catedral, eu comentei com a minha esposa: “Olha, os bombeiros, agora, vão ter que ficar alinhadinhos, porque há uma mulher mandando” – e as mulheres são bem exigentes. Ela brincou com a minha esposa e falou assim: “O problema não são nem as mulheres, são os rapazes, deputado”. Eu perguntei: “Por que, comandante?” Ela respondeu: “Porque a gente tem

que pagar uma missão de cada vez para os rapazes. Para as mulheres, bombeiras, a gente pode pagar mais de duas, porque elas cumprem direitinho.”

Então, à comandante Mônica, ao deputado Roosevelt, que sempre tem acompanhado... Eu quero aqui parabenizar a corporação, porque sempre que precisamos somos muito bem atendidos pela corporação. Parabéns à comandante, coronel Mônica!

Também em relação à Procuradoria-Geral, aqui eu faço questão de citar a nossa procuradora-geral, doutora Ludmila, porque também, sempre que temos demandas de servidores, sempre que temos demandas na procuradoria, somos muito bem atendidos pela procuradora-geral e ela sempre leva os seus procuradores de cada área. Então, essa excelência no atendimento, eu agradeço à procuradora Ludmila, como também ao governador, por ter colocado uma pessoa tão preparada para tocar a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, que parabenizo.

Também elogios à Neoenergia. Temos escutado críticas sobre muitas questões de energia, mas eu digo que, aqui na minha região, na região norte também, nós temos duas mulheres que atendem à Neoenergia, como institucional, que é a doutora Juliana e a doutora Jaqueline, de quem, sempre que procuramos também, recebemos atendimento. Muitas vezes, existe um lapso de tempo no atendimento, mas depois nós confirmamos, e a equipe vai até o local. Estamos acompanhando e temos visto esse atendimento da Neoenergia.

Também a CEB. Temos lá o presidente Edison. Temos a questão de onde a Neoenergia atua e de onde a CEB atua. E o presidente Edison tem atuado bastante quando solicitamos. Então, quero deixar claro que esse atendimento, tanto da Neoenergia, como também da CEB, nós temos solicitado e temos sido atendidos. Parabenizo o presidente Edison. Temos que melhorar? Claro. Nós temos que melhorar, assim como o parlamento tem que melhorar, como o Executivo tem que melhorar, mas parabenizo as duas instituições.

Em relação ao Detran, o pronunciamento já não é o mesmo, porque, infelizmente, têm chegado muitas informações de demora na entrega da CNH – Carteira Nacional de Habilitação; uma demora muito grande, de meses. Havia um servidor com a categoria D no nosso gabinete, deputado Chico Vigilante. Então, ele tinha que fazer o exame toxicológico. Ele fez o primeiro exame, que é pago. O exame venceu e ele teve que fazer de novo, porque a carteira não foi emitida. Esse exame já estava vencendo também, e mandamos um documento exigindo que a carteira de habilitação dele fosse emitida. Está uma vergonha essa questão da emissão!

A mesma coisa com a emissão do licenciamento dos veículos. O que tem acontecido? Tem acontecido que os agentes de trânsito têm passado, inclusive, vergonha. Eles param o motorista, veem o protocolo que o cidadão entrega, mas esse protocolo não resolve. Eles não conseguem vê-lo no sistema. Por quê? Porque o Detran não o está emitindo em tempo hábil. E o que eles fazem? Eles acabam autuando esses condutores, mesmo sabendo que a falha é da própria instituição. É muito ruim isso.

Temos visto também a questão da fiscalização noturna, que, em várias regiões do DF, tem sido podada. Essa fiscalização tem que voltar. Por quê? Porque é a fiscalização feita na madrugada. Quando ela é podada, atrapalha muito o quê? Toda a fiscalização feita durante a madrugada... pois é quando normalmente os acidentes mais sérios acontecem – por embriaguez ou por sono, o que seja.

Então, nós pedimos que a questão do Detran seja revista e que a direção do Detran passe a respeitar o servidor... Respeitar, não; que passe a olhar para o servidor, porque eu acredito que eles respeitem; que passe a olhar para o servidor com carinho e com toda a dedicação, para melhorar essa questão!

Também quero anunciar aqui que nós estivemos com o governador Ibaneis Rocha e com o diretor do DER e abordamos a questão do viaduto, cuja inauguração está prevista para o início de julho agora. Serão todos convidados. Aquele viaduto que tanto tem atrapalhado o trânsito. Inclusive, já falando do Pró-DF, há uma alça prevista...

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Aguardem. Aguardem, porque eu vou falar.

Há uma alça...

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Bom, eu vou passar aqui, presidente...

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Peço à galeria que respeite a fala do parlamentar.

Depois, vocês podem se manifestar. Enquanto ele estiver falando, peço silêncio, por favor.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO – Sobre o viaduto, já falei. Paro por aqui. Do Patus e dos enfermeiros, eu já falei também.

Também quero anunciar a questão da comissão dos *skates* lá de Sobradinho II. Nós tivemos uma reunião. Há 3 anos, nós estamos tentando fazer a reforma na pista de *skate*. Já fizemos uma emenda para isso. Tivemos uma reunião muito boa agora, na Novacap, e esperamos que a Novacap e o Governo do Distrito Federal façam com que a pista de *skate* – um esporte que já está nas olimpíadas – possa ser reformada o mais rápido possível.

Terminando, presidente, eu gostaria de falar sobre a questão do Programa Escola/Comunidade Ginástica nas Quadras. São 14 coordenações de ensino aqui em Brasília. Há esse programa e nós não temos apoio. Então, já começamos a documentar tudo isso, para que possamos, junto à Secretaria de Educação, fazer com que o Programa Escola/Comunidade Ginástica nas Quadras também tenha apoio.

Há a questão do endereçamento do Setor de Mansões de Sobradinho. Vamos fazer uma reunião pública, em que o endereçamento será realizado. Há também a questão da drenagem pluvial da avenida São Francisco, lá em Sobradinho. Já marcamos uma audiência pública para discutir isso e cobrar uma solução do Governo do Distrito Federal.

Foi falada aqui – já finalizo, presidente – a questão da Venezuela. Eu, normalmente, não trago esses casos da área federal, internacional, mas eu pude vivenciar, deputado Pepa, o processo de uma emenda parlamentar que nós direcionamos à Cáritas do Brasil, na wasabi, onde fui tratar de refugiados da Venezuela.

Gente, eu tive a tristeza de ver como essas pessoas estão sendo tratadas lá na Venezuela. O presidente Maduro está aqui no Brasil. Realmente, ele está bem maduro, e uma fruta madura parece bonita, mesmo. E ele está parecendo muito bonito, muito simpático, muito bem alinhado no terno, mas eu quero dizer que a população venezuelana está com a sua dignidade apodrecida pela forma como é governada.

Então, eu espero que esse governo do Maduro – que está bem maduro – possa olhar para essa população. Porque a população está vindo, sim, aqui para Brasília, para o Distrito Federal e causa, sim, impacto aqui. Eu acompanhei e vi o sofrimento das pessoas, que passaram 14, 15 dias dentro de uma mata, fugindo da precariedade. A população está com a sua dignidade apodrecida, enquanto o presidente Maduro está muito bonito, bem maduro. Que ele amadureça a sua consciência, para olhar para essa população e fazer com que ela...

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado João Cardoso.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao deputado Fábio Félix, pelo bloco parlamentar PSOL-PSB.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco parlamentar PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados e quem nos ouve na galeria, eu estou até envergonhado de ter que voltar à tribuna da Câmara Legislativa para falar de um tema tão grave que aconteceu semana passada, teve uma repercussão extremamente negativa para o Governo do Distrito Federal e volta a acontecer esta semana: a situação da rodoviária do Plano Piloto e da violência contra os trabalhadores ambulantes e trabalhadores informais.

Aquele nível de violência é inaceitável. Vimos, semana passada, um policial militar apontando uma escopeta na cara de uma trabalhadora desarmada; apontando e caindo em provocação. Uma falta de profissionalismo. Alguém precisa falar. É preciso gestão. Alguém precisa retirar esse povo desse tipo de ação, feita dessa forma. Alguém na galeria ou algum parlamentar acha que essa ação truculenta, violenta, vai resolver o problema dos ambulantes?

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Alguém acha que essa ação cara do DF Legal e da Polícia Militar vai resolver a situação do trabalho informal na área central? Não vai resolver, porque essa situação já está lá há 20 anos, há 30 anos. Ou o governo se senta para conversar e cria-se uma política pública de empregabilidade, de geração de renda, com designação de local para o trabalho, ou estamos enxugando gelo com o nosso dinheiro, o dinheiro do contribuinte. É com o dinheiro do povo, porque o agente do DF Legal não é de graça, o policial que está sendo pago não é de graça, a operação gasta gasolina. É uma operação em que o dinheiro vai para o lixo. E não é só isso, não. Além de o dinheiro ir para o lixo, há violência, há violência contra o trabalhador, o trabalhador que está tentando vender a sua mercadoria para pôr comida na mesa de casa e alimentar a sua família.

É inaceitável isso! Para mim, não importa o partido – se é o PL, se é o PSOL, se é o PT, se é o PSDB, seja quem for –, essa é uma questão humanitária. Esta casa não pode tolerar esse tipo de ação contra o povo trabalhador, ainda mais contra quem nós sabemos que está em uma situação de vulnerabilidade.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Isso é inaceitável! É uma causa de todos e de todas.

Nós convidamos um grupo de representantes dos ambulantes da rodoviária para virem à Câmara Legislativa amanhã, para que possamos ouvi-los, porque a situação é de muita vulnerabilidade, deputados. Temos que ouvi-los e temos que chamar o secretário do DF Legal e outras autoridades para dizer: “Olhem, isso não funciona”. Porque, quem duvida que, daqui a seis meses, seis meses, não, deputado Thiago Manzoni, deputado Ricardo Vale, daqui a dois meses, os ambulantes estarão lá de novo? Por quê? Porque não há política pública, porque não há racionalidade naquilo que o governo está fazendo. Não importa o viés ideológico, aquele tipo de ação não dá para acontecer, aquele tipo de ação não é razoável como política pública. Esta classe política inteira precisa repudiar aquilo, porque não vai se resolver o problema.

A condição de a rodoviária ter tantos ambulantes tem sido alvo de reclamação da população e a reclamação da população é legítima. Porém, as pessoas só vão sair de lá se tiverem um lugar para trabalhar com gente, porque também não adianta enfiar o povo em um lugar onde não passa ninguém, porque as pessoas não vão conseguir trabalhar. Tem que haver diálogo. Tem que haver os gestores do Distrito Federal para abrir essa discussão de forma séria. Não adianta escopeta, bala e bomba, que gera esse tipo de violência.

Para concluir, senhor presidente, nós, da Comissão de Direitos Humanos, já apresentamos para a corregedoria da Polícia Militar, para o Ministério Público e para o Governo do Distrito Federal a necessidade de uma investigação muito séria sobre esse nível de violência, inclusive para que as pessoas responsáveis por aquele nível de violência sejam afastadas e investigadas por parte do Governo do Distrito Federal e de outras autoridades competentes. O nosso mandato tem lado: o lado do trabalhador.

Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra ao deputado Iolando, pelo bloco MDB.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, amigos presentes na galeria, sejam bem-vindos. É com muita alegria que, depois de uma licença, volto às atividades parlamentares. Revejo alguns amigos, também com muita alegria.

Quero dizer da importância de verificarmos temas do nosso Distrito Federal e do nosso Brasil.

Nós acompanhamos a luta dos professores. Estivemos várias vezes em reuniões nesta casa e em nosso gabinete, recebendo o sindicato, trabalhando para que o governo entendesse a responsabilidade e o compromisso que cada um dos professores tem com a educação do Distrito Federal. Nós nos colocamos à disposição, dialogamos com o Governador Ibaneis e vimos a suspensão da paralisação depois de 22 dias.

É claro que são pautas bastante importantes, que o governo tem que analisar cada dia mais, podendo assim verificar a possibilidade de contemplar essa classe e essa parte da sociedade, que tem uma grande responsabilidade, a educação do Distrito Federal.

Eu quero falar de um outro tema que está bastante massificado em todas as mídias, nas redes sociais, nas televisões locais e internacionais: a vinda do ditador Nicolás Maduro ao Distrito Federal para uma pauta de reuniões com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nós sabemos que o nosso Brasil tem mais de 200 milhões de habitantes. Nós estamos procurando sair, a cada dia, das nossas dificuldades, das nossas indiferenças, das nossas questões financeiras, econômicas e sociais. E nós sabemos que um país como a Venezuela, que tem quase 700% de juros ao ano, não tem praticamente nada – nos quesitos econômico, financeiro, mercadológico e outros atributos – a oferecer para o nosso Brasil, uma vez que nós estamos tentando sair de situações difíceis.

Eu penso que essa situação da vinda do presidente da Venezuela ao Brasil para fazer acordos

bilaterais com o Brasil é um prejuízo catastrófico para a nossa economia, para a política do Distrito Federal, ou melhor, do país inteiro. Nós temos que nos ater a isso, porque nós pensamos que não, mas isso pode atingir diretamente a nós, brasilienses. Por que nós temos que falar de políticas nacionais, se, no Distrito Federal, temos com o que nos preocupar como parlamento estadual? Nós temos que nos preocupar, porque a conta vai chegar para cada um de nós. Ela vai bater à nossa porta. Ela vai bater à porta do brasiliense, do piauiense, do cearense, do carioca, do paulista e assim vai bater à porta de todos os brasileiros.

Esse acordo bilateral do Brasil com a Venezuela, que não tem nada a nos oferecer – nada a nos oferecer –, só vai nos trazer prejuízo. Chamo isso de “abraço dos afogados”. Nós estamos tentando sair do fundo do mar, do fundo da piscina, para tentar emergir, para tentar sobreviver diante de um caos que o nosso Brasil está vivendo. E nós vamos abraçar, agora, um país com mais de 700% de juros ao ano! O que ele tem a nos oferecer?

Eu não acho que nós temos que tirar recurso do BNDES para patrocinar um país que já nos deu calote, que já enganou o Brasil, em outras décadas, e ainda quer, agora, continuar a mentir e a enganar o Brasil. Eu não acredito que o presidente da República, o senhor Luiz Inácio Lula da Silva, vai cair nesse conto da carochinha e ceder o nosso recurso – aquilo que pagamos de quantos bilhões arrecadados de impostos para poder ceder – a um país que está falido, a um ditador que não tem misericórdia da humanidade, a um ditador que não tem amor pela raça humana. Ele quer, agora, ferrar o nosso Brasil.

Então, nós não vamos admitir isso. Nós precisamos, como parlamento, mesmo que local, manifestar a nossa opinião, buscar os nossos apoios na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e até fazer com que o presidente volte atrás para não ceder um só centavo. Quando ele tira um centavo do nosso Brasil, ele está colocando mais pessoas na linha da miséria. Ele está, dos 35 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, aumentando para 38, para 40, para 50 milhões de pessoas na linha da pobreza.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO IOLANDO – Aqui, no Brasil, ele está colocando os mais de 43% da população que está superendividada na linha da pobreza e aumentando a miséria do nosso Brasil. Não podemos aceitar isso. Mesmo sendo um parlamento estadual, nós não o podemos e precisamos fazer com que a nossa voz ecoe em todo o Brasil, dizendo “não” a um país que está falido, coordenado por um ditador que não tem amor, não é humano e quer ver a desgraça do seu país. Aquele que quer ver a desgraça do seu país não merece viver no meio da população, no meio de uma nação e no meio dos seres humanos.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (Bloco União Democrático. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores parlamentares, boa tarde. Boa tarde a todos os servidores da casa. Boa tarde a quem está assistindo a nós. Boa tarde, meus amigos do Paus.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – Ô luta! Falem se vocês estão interessados se o indivíduo está aqui ou não. Estão interessados em resolver o problema de vocês – não é? Precisamos resolver.

Não é possível. Em toda semana falamos aqui sobre Lula e Bolsonaro. É em toda semana. Isso está chato. Eu acho que todos nós temos que nos candidatar, agora, a deputado federal e a senador para discutirmos logo sobre a política nacional, já que, com relação às políticas de Brasília, ninguém está nem aí. Então, vamos discutir só sobre a política nacional.

Está aí um problemaço. Estão aí os colegas enfermeiros do concurso de 2022 para serem chamados, há a questão do Pró-DF, e tudo está parado. Brasília parou. A verdade é essa.

Senhores, querem saber o que está acontecendo na Venezuela? É só perguntar às pessoas que estão no trânsito, a esses meninos que ficam fazendo malabares. São todos eles venezuelanos. Perguntem a eles como lá está. Está uma merda a Venezuela. O meu barbeiro é venezuelano. Eu conversei com ele toda vez em que vou à barbearia. Aquele país está uma merda. Então, querem endeusar o homem, endeusem; querem saber como está a Venezuela, perguntem a um venezuelano.

Só que eu não estou preocupado com a situação da Venezuela, meu amigo. Eu estou

preocupado é com o Fundo Constitucional, que nós estamos perdendo. Eu estou preocupado com essa retórica, pois sempre houve essa ameaça no Congresso Nacional de perdermos o Fundo Constitucional.

No entanto, os deputados federais e senadores não podem esquecer que esta cidade é a capital do mundo, porque aqui estão instaladas todas as embaixadas e, mais que isso, é a capital dos brasileiros. Eu tenho certeza, sem medo de errar, de que mais da metade dos que estão assistindo a nós são nordestinos, sulistas, goianos. Nós estamos acolhendo todo o povo do Brasil e nada mais justo do que recebermos esse repasse do Brasil para manter e dar uma boa vida para os nossos brasileiros que estão em Brasília. É simples assim. Não temos só que discutir se os outros estados estão mantendo Brasília. Eles estão mantendo também os seus cidadãos que estão morando aqui – a comunidade do Piauí, a comunidade do Maranhão, que é grande também em Brasília –, ou seja, o Brasil inteiro está neste quadrado.

Se vocês estivessem, quer dizer, se nós estivéssemos – porque eu sou nordestino também – no nosso estado, estaríamos consumindo a educação, a saúde, a segurança do nosso estado.

Então, é óbvio que esse recurso do Fundo Constitucional não é só para manter as embaixadas. Este discurso de que o Fundo Constitucional é importante para manter as embaixadas... Não é só para embaixada, meu amigo. É para manter os brasileiros que moram aqui, os quais recebemos muito bem, é para melhorar a saúde deles, a segurança deles e, principalmente, para também dar condições aos parlamentares do Brasil inteiro nos seus hoteizinhos, nos seus restorantezinhos, para haver segurança para eles. Eu duvido, se houvesse uma onda de assalto a deputado e a senador em Brasília, se eles não iam reclamar. E não há isso. Não vemos nenhum deles reclamando da segurança pública, reclamando das ruas pelas quais eles andam em Brasília. Por que então demonizar esse Fundo Constitucional?

Nós temos que acabar com essa história. O Fundo Constitucional é importante para Brasília, é importante para o Brasil. Nós não somos a capital de um estado; nós somos a capital de um país. Esse é meu ponto de vista com relação a tudo o que está sendo discutido.

Agora, senhor presidente, eu estou viajando para vários estados e conversando com os presidentes de comissões de saúde desses estados. E o que eu identifiquei eu poderia chamar de um escândalo nacional, de um escândalo da saúde. A saúde do Brasil não tem jeito. Eu estou afirmando como parlamentar, como profissional de saúde, conversando com todos os presidentes das comissões de saúde do Brasil. Conversei em Manaus, conversei no Piauí, conversei em Mato Grosso, conversei na Bahia, ou seja, estou conversando com todo mundo.

Por que não tem jeito? Por vários motivos. Primeiro, a saúde não é uma coisa isolada, nós dependemos de todas as políticas públicas: a política de alimentação, a política de saneamento básico, a política de educação. Senão se torna um saco sem fundo.

Agora, em especial neste momento, por conta do piso da enfermagem, nós identificamos vários problemas com relação ao repasse. E uma coisa puxa a outra. É como se eu estivesse investigando uma coisa e acabei descobrindo outra. Olhem o que eu descobri no Brasil inteiro: que os municípios, os prefeitos que precisam fazer o credenciamento do serviço de alta e média complexidade, chamado Teto-MAC, eles não conseguem credenciar. Você pergunta: "Por que não conseguem credenciar para o Ministério da Saúde repassar o dinheiro, seja de uma UTI, seja de uma cirurgia?" Porque, às vezes, o prefeito não está ligado ao grupo político do governador do seu estado.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – Para concluir, senhor presidente.

A história é longa; mas, resumindo, o modelo, a gestão da saúde é tripartite, precisa haver um pacto entre a secretaria municipal, a secretaria estadual de saúde para credenciar o serviço de alta e média complexidade, para daí o Ministério da Saúde repassar o dinheiro. Só que cidades em que não há apoio do governo ficam prejudicadas. E quem fica prejudicado? O município, porque existe o serviço, mas não o recebe. Daqui a pouco o prefeito não tem condições de arcar com aquele serviço.

A história é longa, mas eu quero dizer que isso aqui, na verdade, é um escândalo nacional da saúde, e nós precisamos resolver esse problema no Ministério da Saúde. Porque, pelo que estou vendo, no Congresso Nacional não se resolve.

O Congresso Nacional, inclusive, virou as costas para esse tema da saúde pública nacional. É muito difícil conseguirmos qualquer avanço no Congresso Nacional por conta do *lobby* – seja o *lobby* dos empresários, seja o *lobby* das grandes indústrias alimentícias –, ou seja, enquanto não resolver isso, o Brasil não terá jeito na saúde!

Senhor presidente, vou ficar por aqui, porque a história é longa. Depois vamos realizar uma audiência pública para falar sobre esse tema.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Jorge Vianna.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – O expediente lido vai a publicação.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Solicito ao senhor a verificação de quórum.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós estamos aqui com o líder de governo, e essa galeria estava lotada de trabalhadores que querem a votação do projeto do Pró-DF. Acontece que o projeto não tramitou nas comissões ainda.

Portanto, quero fazer uma proposta a V.Exa., enquanto presidente, e ao líder do governo, deputado Robério Negreiros: que nós marquemos o dia da votação desse projeto e que a votação dele não passe desse dia marcado, para que as pessoas não tenham que ficar se deslocando para cá constantemente. Elas trabalham, têm conta para pagar, os boletos não esperam. A situação delas é muito grave.

Portanto, que nós marquemos o dia e que, uma vez marcado o dia, deputado Robério Negreiros, a comissão que não tiver apreciado a matéria venha a plenário.

Estou propondo: vamos marcar o dia da votação do projeto do Pró-DF para que as pessoas saiam daqui com a certeza do dia em que ele será votado.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Eu me somo ao deputado Chico Vigilante. Creio que ainda há um impasse que está sendo discutido na CDESCTMAT. Eu, como relator na Comissão de Constituição e Justiça, estou apto para votar a matéria, se necessário, em plenário. Creio que, no próximo Colégio de Líderes, possamos definir isso a fim de que o nosso presidente, deputado Wellington Luiz, possa firmar um compromisso com todos.

Concordo com o deputado Chico Vigilante. Já há um tempo que esse projeto está tramitando. Se houver ajustes, que possamos fazer os ajustes necessários, respeitando todos os relatores. Isso também é importante.

Há também o projeto da CEB. Peço encarecidamente aos relatores que eles também possam dar uma solução em relação a isso.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

Eu também quero me somar à fala do deputado Chico Vigilante e à do deputado Robério Negreiros. Esta casa tem conversado muito a respeito desse assunto. Eu tenho tido todo o zelo por esse projeto de lei, naturalmente, com a participação do deputado Chico Vigilante, do deputado Robério Negreiros, do deputado Eduardo Pedrosa, do nosso presidente deputado Wellington Luiz e da deputada Paula Belmonte.

O problema é que precisamos do parecer da CDESCTMAT. Eu acabei de receber a informação do líder de vocês de que houve uma longa conversa com a deputada Paula Belmonte. Ela atendeu o pessoal hoje. Seguramente, ela vai dar alguma informação. O acordo seria votar o projeto hoje. Esse foi o acordo do Colégio de Líderes, mas há um público que quer participar, quer conversar. Eles

procuraram a deputada Paula Belmonte – não vou falar por ela, seguramente ela falará depois – e foi estabelecido um acordo para a votação. Na semana que vem, a deputada vai fazer uma audiência com outras instituições.

Concordo com o senhor, deputado. Precisamos pautar isso, precisamos da data. Não dá para esperar. Esse projeto está maduro. O meu maior medo é que o governo puxe o projeto para ele e tudo vá por água abaixo. Mas quero crer que vamos encontrar uma grande solução. A liderança de vocês esteve com a deputada Paula Belmonte. Creio que chegaram a um acordo.

Obrigado, presidente.

DEPUTADO DANIEL DONIZET – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DANIEL DONIZET (PL. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero só fazer um esclarecimento: a deputada Paula Belmonte é a relatora desse projeto. Está marcada uma audiência pública na segunda-feira para debatermos melhor a matéria. Tenho certeza de que, depois dessa audiência, a deputada terá mais subsídios para fazer o parecer que será pautado na comissão o quanto antes.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado.

Vamos fazer o seguinte, deputado Chico Vigilante e demais deputados: no Colégio de Líderes da quinta-feira decidiremos a data da votação do Pró-DF, está *ok*? Comunicaremos, evidentemente, aos interessados, aos empresários, aos microempresários do setor.

Vou pedir a recomposição de quórum, por favor, neste instante, e que todos os deputados marquem a presença.

Solicito que as senhoras e os senhores deputados registrem a presença nos terminais para recomposição do quórum.

(Procede-se à verificação do quórum por meio do painel eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Eu fui informado, deputado Fábio Félix, que, assim que houvesse quórum, votaríamos os projetos da Ordem do Dia e, depois, voltaríamos aos Comunicados de Parlamentares. Isso foi acordado no Colégio de Líderes.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Para esta, não? Dizem que há, inclusive, projetos da pauta das mulheres para votarmos ainda.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu topo fazermos esse acordo, hoje, e fazermos a votação, mas esse acordo não é um acordo fixo. Eu acho que nós temos que pactuar no Colégio de Líderes, porque muitos deputados... porque, senão, eu abriria mão da fala de líder para os meus colegas. Muitos deputados acharam que iriam poder falar agora, e só falam no final, quando a sessão está esvaziada. Fizemos esse acordo uma vez e continuamos dizendo que esse acordo está de pé. E não é o caso. Entendeu? Há os Comunicados de Líderes, depois os Comunicados de Parlamentares e depois a Ordem do Dia. Até porque os colegas se comprometem com as suas bases para fazer, também, os seus pronunciamentos.

Em cada reunião do Colégio de Líderes ou renovamos esse acordo ou não o renovamos. Se todos os parlamentares decidirem que hoje faremos novamente esse acordo, não tenho objeção. Mas eu não acho que nós podemos suprimir, de ofício, todos os Comunicados de Parlamentares. Não é o caso.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Deputado, se não há acordo, eu sugiro que continuemos na sequência, passando para os Comunicados de Parlamentares, *ok*?

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Pepa, que é o primeiro inscrito, coincidentemente.

DEPUTADO PEPA (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Deputado Fábio

Félix, obrigado pela defesa.

Boa tarde a todos e a todas. Os líderes falam e os parlamentares ficam calados, porque não há espaço. No final de tudo, no final ficamos aqui esperando para falar e a pauta está no seu limite. Muito obrigado.

Eu quero, hoje, agradecer a esta casa, aos meus pares, por mais uma vez discutir pautas sobre o Distrito Federal. Quero agradecer por isso.

Pessoal do Pasus, saibam vocês que eu sou servidor público de carreira e toda injustiça tem que ser corrigida. Toda injustiça tem que ser corrigida! Precisa ser corrigida essa questão do Pasus.

Eu quero, também, falar sobre o Pró-DF. Vocês que produzem, vocês que são oficineiros, que estão na ponta, essa discussão precisa acontecer. Pelo meu conhecimento, essa matéria está se arrastando aqui nesta casa há mais de ano, é isso, deputado Chico Vigilante? Há mais de ano se arrastando um assunto que é primordial. São microempresários.

Aproveito para pedir algo. Na minha região de Planaltina, nós não temos o Pró-DF. Sabia disso, deputado Chico Vigilante? Não temos o Pró-DF lá, não. Uma cidade de 164 anos e o Pró-DF não foi implantado naquela cidade.

Eu quero agradecer o carinho com que fui recebido na AgroBrasília, um evento que coloca o Distrito Federal e a região norte em um cenário nacional e sul-americano com uma das melhores feiras agropecuárias do Brasil.

Eu quero também falar da folia do Divino Espírito Santo. E preciso agradecer a alguns deputados que nos ajudaram a realizar essa belíssima festa: deputado Ricardo Vale, deputado Gabriel Magno, deputado Eduardo Pedrosa e deputado Hermeto. Agradeço esta casa por, mais uma vez, fazer com que uma tradição de 141 anos pudesse ser realizada na cidade de Planaltina. Neste final de semana, a cidade do Espírito Santo recebeu todo o Distrito Federal e turistas de outros estados.

Nesse evento houve várias participações, nós tivemos em média 60 pessoas do evento ao longo de toda a semana. Para mim é uma honra dizer que a Festa do Divino Espírito Santo, no seu cenário, torna o Distrito Federal ainda mais turístico, cultural, com a sua folia de roça e suas tradições dentro da cidade com paróquias e capelas.

Eu quero também falar da 4ª Semana Legislativa pela Mulher. Que evento lindo aqui hoje na abertura! E quero parabenizar a bancada feminina aqui desta casa. Vocês nos representam e representam fortemente. É bom nós vermos essa preocupação, porque o Distrito Federal já está passando do limite na questão do feminicídio. Chegamos ao ponto de um indivíduo ir a um hospital e descarregar uma arma numa servidora. Onde vamos parar? Até aonde o desrespeito à mulher vai acontecer? Precisamos mudar esse quadro urgentemente. Todas as vezes em que eu estiver nessa tribuna, eu vou bater nessa questão.

Eu não gosto muito de falar sobre as questões nacionais. Não gosto, mas é um absurdo o presidente Lula dizer que a Venezuela é vítima. A Venezuela é vítima, sim. Ela é vítima de um presidente ditador, sanguinário. Ela é vítima, sim, de um Maduro que já deveria ter caído do pé e apodrecido, porque o que nós encontramos hoje nas ruas são venezuelanos pedindo esmola no Brasil.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PEPA – Só mais um minuto, Sr. Presidente.

Precisamos respeitar aquele povo.

Muito obrigado e boa tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Pepa.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra à deputada Doutora Jane.

DEPUTADA DOUTORA JANE (AGIR. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, presidente. Boa tarde a todos. Quero cumprimentar, especialmente, os colegas que estão na galeria e dizer que somos solidários à luta deles.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para falar da minha alegria em ter o meu primeiro projeto sancionado. Além dos que já aprovamos nesta casa, o governador Ibaneis Rocha, em uma demonstração de concordância, de aprovação, de preocupação com a política estruturante de defesa da mulher, sancionou o projeto de minha autoria que cria o comitê de proteção à mulher.

Para quem não teve oportunidade de saber exatamente o que significa o comitê, vou explicar a dimensão do que seria esse projeto para que as pessoas tenham uma noção. Guardadas as devidas proporções, seria o equivalente ao que nós temos com os conselhos tutelares: você tem um grupo de cinco conselheiros que atuam no território; eles são colhidos da comunidade e fazem aquela atuação em defesa intransigente das crianças e dos adolescentes. A proposta seria constituirmos o comitê de proteção à mulher em cada uma das regiões administrativas. Nós teríamos cinco comissários, que teriam a responsabilidade de agir.

Nós estamos à disposição; já me coloquei à disposição do governador para sugerir algo quando da regulamentação. A lei ainda depende de regulamentação, e nós vamos brigar muito para que ela aconteça no menor tempo possível, para que esses comitês possam entrar em atuação.

O comitê vai acompanhar e fazer uma busca ativa daquelas mulheres que não procuram ajuda por insegurança, por dificuldade, por desconhecimento. Vai acompanhar as que tiveram coragem e buscaram a delegacia, vai levar a elas orientações. De alguma forma, além de acolher, vai pegar na mão daquelas mulheres, ser um elo entre o poder público e a rede de proteção que já está à disposição delas, para que tomem conhecimento de tudo.

Aqui na Câmara Legislativa, como procuradora da mulher, eu tive a oportunidade de identificar a quantidade de leis criadas em defesa da mulher, especialmente no mês de março, quando cada parlamentar pôde apresentar dois projetos. Temos muitas leis, mas elas não são do conhecimento dessas mulheres, e por isso perdem sua efetividade.

Então, os comitês terão a função de levar às mulheres o conhecimento dos direitos de que elas dispõem. Com certeza, o fortalecimento da política de defesa da mulher será feito por meio desses comitês.

Eu vou cuidar deles como se fossem uma criança que acabou de nascer. Vou pegar na mãozinha e cuidar muito para que, efetivamente, eles se fortaleçam e se tornem uma política pública consolidada que vai colocar o Distrito Federal na vanguarda da defesa da mulher, no Brasil.

Muito obrigada, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputada Doutora Jane.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente, a quem saúdo, nesta tarde. Saúdo também os nobres deputados e deputadas. Boa tarde a todos: aos assessores que aqui estão, aos servidores, aos que assistem a nós pela TV Câmara Distrital e aos nossos amigos que estão na galeria pedindo a aprovação do projeto de lei da Pásus! (Palmas.)

Reafirmo o nosso compromisso de não apenas eu, mas esta casa de leis estar junto com vocês. Estamos buscando o consenso e a solução, dialogando com o líder do governo, o deputado Robério Negreiros, o governador do Distrito Federal, o secretário Gustavo Rocha e o secretário Ney Ferraz. Tenho certeza de que Deus há de iluminar as nossas mentes e de que vamos encontrar uma saída justa e digna para os senhores.

Aos amigos do Pró-DF, digo que, desde quando assumi o mandato de deputado distrital, recebi, com grata satisfação, uma missão do deputado federal Rafael Prudente. Ele me pediu, numa reunião com mais de 40 instituições no Palácio do Buriti, para ajudar o setor produtivo. Eu me coloquei à disposição dele. Então, vimos conversando sobre o projeto de lei do Pró-DF.

Naturalmente, ninguém nesta casa constrói nada sozinho. Esta é uma casa parlamentar, em que todo deputado tem muita força e muita ascendência sobre todos os meios de representação da nossa sociedade. É natural que todo deputado fale aqui de qualquer matéria. É claro que alguns têm as suas pautas muito bem definidas, como é a minha pauta da família. Por isso, faço parte do bloco A Força da Família, ao qual também pertence a deputada Paula Belmonte.

Porém, eu não creio numa casa formada por parlamentares que não dialoguem. Eu não acredito nisso. Acredito que o consenso e a solução vêm porque há diálogo. Essa pauta, brilhantemente, foi conduzida pelo deputado Chico Vigilante, na gestão passada. Foi por isso que ele teve a sensibilidade de pedir, na reunião do Colégio de Líderes, que nós marcássemos uma data, já rompendo um compromisso que esta casa fez. Esta casa tem se pautado por compromissos. O compromisso firmado na reunião passada do Colégio de Líderes foi votar hoje!

Então, quero deixar registrado que hoje nós estamos rompendo um compromisso do Colégio de

Líderes. Mas também entendo, porque a matéria passa pelas comissões – apesar de termos tido, sim, tempo de discutir o projeto nas comissões. Mas, por outro lado, isso é natural. Os deputados são procurados por segmentos. Assim foi com a deputada Paula Belmonte, que foi procurada por algum segmento do setor produtivo. Entendo que o diálogo vem para melhorar.

O deputado Robério Negreiros tem se posicionado fortemente sobre o assunto. Quero parabenizar, deputado, a participação do secretário Thales Mendes. Que menino fantástico! Humilde! Conversou conosco. Acho que conversou com vários deputados desta casa: deputado Eduardo Pedrosa, deputado Daniel Donizet e deputada Paula Belmonte, que é a relatora na CDESCTMAT. Ela recebeu, hoje – obrigado, deputada Paula Belmonte – parte do setor produtivo para dialogar. É assim que construímos, é assim que chegamos à solução.

A solução do Pró-DF, deputado Robério Negreiros, nosso líder – que é uma pauta sua lá na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda –, V.Exa. sabe que não pode demorar muito. São pais e mães de família, geradores de emprego.

Então, eu tenho certeza de que semana que vem chegaremos a um consenso aqui, votaremos esse projeto e vocês vão viver muito bem. E cada deputado fará lá também o seu trabalho e a sua política.

Muito obrigado.

Obrigado, deputada Paula Belmonte, pelo carinho de atender o segmento mais uma vez. Obrigado e acredito que a audiência pública será uma benção.

Presidente, deputado Ricardo Vale, eu sou diferente. Eu já falo de tudo quanto é pauta. E principalmente de governo: Bolsonaro e Lula. Eu tenho aqui Miriam Leitão, uma das maiores jornalistas desta nação. Ela diz assim: “Lula errou ao dar carimbo de democracia ao governo do autocrata venezuelano”. Ela mesma, a Miriam Leitão –espero que não seja *fake news*, mas está lá na página deles.

Luciano Huck: “Ninguém me contou...” – isso aqui é o Luciano Huck falando. Todos eles são apoiadores do Lula – “... fui lá e vi. Estive na fronteira, conversei com dezenas de famílias nos campos de acolhimento, fugindo da ditadura venezuelana. Não é só uma narrativa. É real e não tem nada a ver com democracia.”

O Lula tem feito alguns acenos que eu acho interessantes. Ele tem feito diálogos, deputado Thiago Manzoni. Ele tem feito tanto diálogo que, de 5 meses de governo, passou 45 dias viajando. O vice está governando muito bem. O vice Geraldo Alckmin. E o Lula está fazendo esse diálogo, demonstrando, vendendo o país, mas hoje ele pisou na bola feio. Hoje não, já há muito tempo, não é? Faz o L! Ele vem pisando na bola.

Presidente, peço mais um minuto.

É vender uma imagem totalmente diferente do que é a imagem do Brasil. E é por isso que a esquerda está calada. Não há o que defender. Há coisa que é indefensável. Não dá para generais de alta patente baterem continência para narcotraficante assassino! Pena que é maduro! Já devia ter caído! Ele devia ser podre!

Gente, a Venezuela era a terceira maior produtora de petróleo do mundo! Setenta por cento da nação venezuelana vive abaixo da linha de miséria! Não quero crer que o presidente Lula queira isso para o Brasil. Eu não quero crer. Eu não quero crer. Receber um narcotraficante?

Aí, eu fui ler um monte de matérias. Eu fui estudar muita coisa de ontem para hoje para ver o que significa, porque nós estamos mandando recado, deputada Paula Belmonte. Quando o líder de uma nação, que se diz democrata, como é o Lula, está mandando um recado, esse recado é ruim demais! Recebendo bandido, recebendo narcotraficante!

Aliás, eu quero avisar aqui, da tribuna, para o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden. Ele paga 15 milhões de dólares para quem disser onde o Maduro está. Eu estou dizendo, na tribuna da Câmara Legislativa, sob a pecha da imunidade: o Maduro está no Palácio do Planalto da República Federativa do Brasil. Pode vir aqui prendê-lo. Deveria vir, deputado Chico Vigilante, porque não é uma democracia. O Brasil é! O Brasil é! É muito jovem a nossa democracia, mas o Brasil é e nós defendemos aqui a democracia com unhas e dentes, mas defender a democracia não significa bater continência para um narcotraficante.

Eu estava lendo hoje, deputado Thiago Manzoni – já estou encerrando –, que a Venezuela leva para os Estados Unidos 250 toneladas de cocaína por ano! Estou falando de tráfico, de droga que mata

– que mata! –, que destrói vidas, que destrói famílias! E nós defendemos as famílias e somos contra as drogas, porque as drogas só vêm para destruir, deputada Doutora Jane. Um presidente da República do Brasil não pode receber ditador, receber traficante, receber homicida!

Fica aqui o meu registro e a minha indignação em saber que o presidente do meu país recebe um ditador, um homicida, um narcotraficante. Fica o meu repúdio aqui.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos. Que Deus nos abençoe.

Quero registrar aqui, em nome de todos os servidores, de todos os concursados, de todas as pessoas, que eu sei o quanto lutamos para ter dignidade. Quando falamos de reajuste, de nomeação, estamos falando de sonhos, de uma família que está por trás com expectativas. Então, tenham certeza de que a nossa Câmara Legislativa está em prol da representação de cada um dos senhores.

Sejam muito bem-vindos. Saibam que os 24 parlamentares estão aqui para atenderem a nomeação de vocês, a luta da categoria do Sinproprev e o pessoal que luta pela incorporação do Pasus, para que possamos realmente trazer a dignidade a todos vocês. (Palmas.)

Quero aproveitar e me apresentar não só como Paula Moreno Paro Belmonte, mãe de 6 filhos, mas me apresentar como parlamentar. Fiquei 4 anos na Câmara Federal. Eu nunca tinha estado na política. Entrei na política, infelizmente, porque perdi um filho. Nós viemos defendendo as nossas crianças, os nossos adolescentes e a nossa família.

Sou empresária, minha família vem do setor produtivo, muitos da minha família são também beneficiados pelo Pró-DF, outros já estão em outra modalidade; mas, como foi dito aqui, sabemos que a liberdade financeira traz prosperidade e dignidade à nossa população.

A nossa defesa, durante 4 anos na Câmara Federal, foi em prol do setor produtivo. Posso dizer sem medo: andei por este Brasil inteiro defendendo a reforma tributária, defendendo uma legislação que tenha tranquilidade jurídica e respaldo jurídico para todos nós, para que tenhamos, cada vez mais, brasileiros que não dependam do Estado, mas que tenham a liberdade de ir e vir, a liberdade de consumir, a liberdade de poder sonhar e realizar.

Tenho a honra de dizer que fui uma das parlamentares mais combativas. Fiz parte de todas as frentes parlamentares que envolvem o setor produtivo, inclusive, na diretoria. Estive em todas as três comissões da reforma tributária.

O nosso trabalho é tão reconhecido que eu recebi um prêmio de uma das melhores parlamentares do Brasil! Uma parlamentar que nunca tinha estado na política. E esse reconhecimento, eu acho importante para dizer quem sou. Por quê? Porque aqui ninguém brinca! E uma das coisas que fazemos para que consigamos fazer isso é a credibilidade do nome, a credibilidade da firmeza do que nos comprometemos a fazer.

Aqui eu tenho encontrado um presidente que é cumpridor da sua palavra, que é o presidente Wellington Luiz! É muito importante dizer isso. Porque, quando ele foi eleito – e foi eleito por nós, os 24 deputados –, ele fez um compromisso com todos nós de que todos os projetos passariam pela comissão e ele tem cumprido isso. E, no mesmo dia que foi resolvido, no Colégio de Líderes, que o Projeto de Lei nº 219 seria votado, isso seria depois de o projeto de lei passar nas comissões.

Só que a responsabilidade deste parlamento é ímpar. Todos nós brasilienses sabemos o que está acontecendo com o nosso Fundo Constitucional. Nós paramos, semana passada, para verificar essa questão do Fundo Constitucional, para que pudéssemos fazer articulação. Nós paralisamos esta casa para que pudéssemos dar atenção para o pessoal da Pasus. Nós tivemos aqui uma paralisação porque precisávamos que o governo olhasse para os professores.

Então, eu tenho certeza absoluta de que esta casa é cumpridora dos seus compromissos, e o nosso presidente deputado Wellington Luiz é cumpridor dos compromissos.

Nesse sentido, senhor presidente, eu estou aqui como relatora, com muita responsabilidade, com muita transparência e com muita técnica, para que possamos aprovar um projeto que vem trazer dignidade a centenas de famílias que são beneficiadas pelo Pró-DF. Contudo, é importante dizer: se alguém se comprometeu e não colocou o meu nome... Porque, quando eu me comprometo, eu cumpro. Então, é muito importante dizer que aqui há uma mulher que é cumpridora da sua palavra, cumpridora dos seus deveres e, principalmente, tem responsabilidade em assinar um relatório que é

tão importante para a nossa sociedade.

Quero registrar a valorização do nosso presidente Wellington Luiz, que tem sido um cumpridor de acordos. Todos os acordos que foram feitos aqui foram cumpridos.

(Soa a campainha.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Mais uma coisa, eu quero fazer um pedido ao senhor. Quero registrar também aqui o apoio que nós estamos tendo do presidente da nossa comissão, a CDESCMAT. O deputado Daniel Donizet tem compreendido toda a situação e tem se comprometido com o tema.

A nossa próxima reunião da CDESCMAT está marcada apenas para o dia 27 de junho. Ele está aqui falando que vai fazer uma extra para que possamos votar o projeto aqui em questão, fazendo todo um esforço para que possamos realizar uma audiência na próxima segunda-feira, para que este parlamento seja, sim, um lugar de discussão, seja um lugar de representação da população.

Aqui, nós não somos carimbadores de papel! Eu não me presto a esse papel. E saibam todos que estão me escutando: eu não sou carimbadora de papel. Eu sou uma parlamentar e exijo e quero que nós nos respeitemos. É muito importante isso.

Quero registrar aqui a minha gratidão ao deputado Daniel Donizet, que é o presidente da nossa comissão e que tem se colocado sempre pronto a nos atender.

Senhor presidente, eu quero fazer uma solicitação rapidamente. Nós temos um requerimento que precisamos aprovar para que a audiência aconteça na próxima segunda-feira. Agradeceremos ao senhor se puder colocar esse requerimento em votação, para ficarmos tranquilos em relação ao prazo necessário.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – *Ok*, deputada. Assim que terminarem os Comunicados de Parlamentares, colocaremos os requerimentos em votação.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, preocupa-me ficarmos talvez sem quórum. É muito importante que votemos esse requerimento para que a audiência possa acontecer na segunda-feira, pois, se ela não acontecer, não haverá relatório. Eu estou preocupado com a possibilidade de não podermos votar. Eu não sei se regimentalmente é possível, presidente, deputado Ricardo Vale, e Marcelo, suspendermos os comunicados, votarmos o requerimento e voltarmos aos comunicados. Não é possível?

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – É possível, mas acabamos de discutir e acertar que daríamos continuidade aos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Então, vamos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Poderíamos ter parado e votado todos os requerimentos. Agora temos que respeitar os demais deputados inscritos, na minha opinião.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Mas posso consultar os líderes. Já estou vendo um deputado que não concorda.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

Eu quero registrar 3 questões. A primeira, eu já havia dito no meu comunicado de líder. É sobre as mobilizações que acontecem no Brasil inteiro contra a votação do Projeto de Lei nº 490/2007, que significa o extermínio dos povos indígenas. Parece que as forças de segurança deste país voltaram ao normal. Estão tratando as manifestações com bombas, com repressão no Brasil inteiro, algo que não aconteceu no dia 8 de janeiro nem nas diversas manifestações que ocorreram ano passado para quem pediu intervenção militar, golpe de estado, anulação das eleições. Eu quero repudiar aqui a reação autoritária e desproporcional sobre os atos dos indígenas que protestam legitimamente no Brasil contra a aprovação do Projeto de Lei nº 490/2007.

Senhor presidente, eu quero tratar de 2 pontos, voltar à pauta do Fundo Constitucional e do

arcabouço fiscal. Infelizmente nós sofremos uma derrota, na semana passada, na Câmara dos Deputados: foi aprovado com o Fundo Constitucional e o Fundeb. Parte dessa derrota, presidente, infelizmente coube à falta de mobilização por parte do governador do Distrito Federal, que não entrou no jogo, não disputou a agenda, não defendeu a cidade, não fez uma manifestação pública sobre o assunto e entregou a questão de bandeja. Mas há luz no fim do túnel. A pressão continua, segue.

Que bom que o governador voltou ao jogo agora que está no Senado. Parece-nos que é possível reverter a situação e defender o Distrito Federal e o Fundo Constitucional, retirá-lo do arcabouço fiscal. Diante da derrota, temos uma narrativa que não condiz com a verdade ao dizer que foi obra e fruto do Lula, enquanto o presidente da Câmara dos Deputados e o próprio relator na Câmara dos Deputados pertencem ao partido da vice-governadora e não ao partido do presidente...

Portanto, coloco aqui essa mobilização e elogio todos os parlamentares e partidos desta casa que têm cumprido um importante papel para defender o Distrito Federal.

Também quero dizer, presidente, que acontece hoje e amanhã um seminário sobre segurança nas escolas, chamado pelo Ministério da Educação. Estamos acompanhando esse seminário, que é muito importante para pensarmos em políticas de valorização da escola, mas quero lamentar a ação do governo de Rondônia. E falo isso porque é importante pensarmos globalmente as políticas de enfrentamento, nós temos que ter muito cuidado quando falamos sobre violência e sobre escola.

O governo de Rondônia apresentou um projeto que cria pelotões de estudantes nas escolas, para manter a disciplina e denunciar os colegas que quebram a regra de disciplina na escola. É gravíssimo, presidente, o que acontece hoje no estado de Rondônia. Lamento a situação. Esperamos que isso não se reproduza no Brasil.

Por isso, eu saúdo e parabeno a iniciativa do MEC, hoje, de fazer esse seminário para que possamos ter ações coordenadas no Brasil, já que nós voltamos a ter o Ministério da Educação, que coordena a política educacional neste país, para pensar em soluções para a escola pública, bem como para a questão da segurança – que foi muito bem debatida nesta casa –, e possamos ter reflexões e os reflexos sobre ela aqui, inclusive garantindo mais investimento.

Fica aqui mais um apelo à Secretaria de Educação, para que possamos fazer o debate para ampliar o PDAF, que é fundamental para garantirmos também a segurança nas escolas.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, deputado Ricardo Vale, obrigado. Quero saudar a todas e todos que nos acompanham pela TV Câmara Distrital, aqui no plenário, na galeria; todo o pessoal da Pasus, que está aqui resistindo firme e forte nessa batalha diária; a todos os generalistas aprovados na SES, aqui presentes, muita garra para vocês.

Neste momento, eu venho tratar de um número. E o número que eu vou trazer não é, por incrível que pareça, da Venezuela. São mais de 3 mil pessoas em situação de rua, 270 mil pessoas desempregadas. São dados da capital do país, do Distrito Federal. Da maioria que está em situação de rua, segundo dados da PDAD, 70% têm uma função, cumprem uma função social que gera renda: vigiam carros, vendem balinhas no sinal, comercializam algo. Das mais de 270 mil pessoas desempregadas, a maioria está na informalidade, empreendendo por necessidade, porque não consegue se realocar no mercado de trabalho. Esses são dados do Distrito Federal.

E o que isso tem gerado? As pessoas estão buscando renda da forma que podem e da forma que dá, ocupando a rodoviária, os cruzamentos da cidade, os centros, onde circulam gente e dinheiro.

E qual é a nossa provocação? É a de que, diante desses dados que são da capital do Brasil, nós não estamos nos debruçando sobre as reais saídas dessa problemática. Quais são as políticas públicas em que devemos investir para reduzir a população em situação de rua e o desemprego no Distrito Federal?

Eu fiz um dever de casa, que foi tentar estudar o que estamos ofertando como políticas públicas, seja do Estado, seja da sociedade civil, do Sistema S, para a população em situação de rua. Por incrível que pareça, estamos atrasados no mínimo 20 anos, porque os cursos, as formações, as vocações não estão alinhadas com o século XXI e com a demanda das pessoas. Não temos uma política de requalificação profissional das pessoas, dos ambulantes que estão sendo perseguidos na rodoviária. Não temos uma política que dê fomento a essa população a fundo perdido, a fim de que ela consiga, deputado Chico Vigilante, um crédito para adquirir um produto com qualidade, para

comercializar algo que não seja falsificado, para adquirir um conhecimento, uma tecnologia nova e produzir algo. Eles não conseguem acesso a isso.

Brasília tem uma cidade digital, a Biotic, em que já foram investidos 10 milhões. Desafio todos os presentes que nos acompanham a parar e pensar em por que a Biotic não sai do papel. Não é uma vontade do governo, porque todos os governos, inclusive, têm muita vontade de fazer com que nos tornemos um Vale do Silício no Centro-Oeste, têm muita dedicação nisso. Sabem qual é o problema? Eu fui estudá-lo! Nenhuma das nossas universidades, faculdades e IFs estão preparados – ou se preparando – para uma cidade digital com a criação de *softwares*, de *games*, da economia criativa e do turismo. Não estamos tendo capacitação para uma demanda que o mercado pede todos os dias. Aí é óbvio que a conta não vai fechar!

Não tenho nada contra mecânico, inclusive tenho um carro antigo e precisei aprender a mexer nele. Não tenho nada contra as vocações profissionais que grande parte dos cursos desempenham. Acho que tudo é uma sobreposição de ações, mas parcela da nossa juventude –somos, deputada Paula Belmonte, 740 mil jovens –, em sua maioria, está desempregada.

O deputado João Cardoso, em uma audiência, apresentou um projeto de lei para os *e-sports*. Os nossos jovens não têm a capacitação e nem os instrumentos para serem um atleta de *e-sports*. Eles não têm condição de estar na produção da ciência e tecnologia, da biotecnologia, do turismo, da economia criativa – que é uma vocação do Distrito Federal e ainda mantém essa opção de não possuir indústrias poluentes. Qual a saída que estamos dando? Atacar a população que está tentando fazer o que chamamos, no nosso território, de “sevirologia”: estão se virando no que dá e no que podem, na condição que é possível e que é viável.

Quero colocar nosso mandato e esta casa, juntamente com o Governo do Distrito Federal, independente de oposição, situação, para juntos pensarmos a saída para o Distrito Federal que queremos.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Para concluir, presidente, tenho reforçado essa tese, pois essa Brasília que estamos desenhando e projetando não se sustenta nos próximos anos porque o setor de serviços vai estagnar, e o setor público de concurso também. O que vai sobrar para os que estão desempregados e desempregadas?

É fácil? Não, mas há caminhos. Vamos criar rodízio, há um monte de eventos em que podemos cadastrar os ambulantes. Nossos ambulantes foram expulsos quase sempre do chamado centro por causa de um projeto que ainda vão entregar. O Setor Comercial Sul, o Conic e a rodoviária são os únicos lugares onde ainda transita o povo na capital do país e são os três últimos lugares que nós estamos querendo entregar.

A ação na rodoviária é porque há uma concessão pública para entregar a rodoviária. Para quem não sabe, essa ação está caminhando. Sobre o Setor Comercial Sul, passou por esta casa um projeto para tentar fazer com que o Setor Comercial Sul tivesse somente um sentido, além de tirar os ambulantes que estavam lá cadastrados.

Nós vamos ter que tomar para nós o desenvolvimento de cidade do futuro. Nós temos condições de sermos a capital mais tecnológica de ciência e tecnologia do Brasil. Nós temos capacidade, instrumento e condição para isso, assim como várias universidades e faculdades. Mas nós precisamos estar alinhados com toda essa nossa inteligência – políticos, sociedade civil, governos e empresas – para que avancemos e não tenhamos essa realidade com 270 mil irmãos e irmãs desempregados tendo que acordar todos os dias com o risco de sofrer uma repressão.

Obrigado, presidente.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Solicito novamente a recomposição de quórum.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Há ainda 2 oradores para falarem pelos Comunicados de Parlamentares. Logo após a fala deles faremos a recomposição de quórum.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor

presidente, eu participei hoje, pela manhã, de um ato muito importante, que foi o aniversário da Embrapa Hortaliças. Ela fica na rodovia DF-180, que liga o viaduto de Samambaia, na BR-040, ao Gama. Foi muito importante porque a Embrapa Hortaliças completou hoje 42 anos de idade.

O ponto que acho mais importante é que a Embrapa foi criada há 50 anos por causa da ideia de um senhor chamado José Irineu Cabral. A Embrapa é a maior empresa de tecnologia agrícola do mundo. Inclusive, sob a gestão do presidente Lula, ela está colaborando com a África para gerar alimentos naquele país e está colaborando também com a Venezuela. Eu conversei com um grupo de funcionários da Embrapa que acabou de chegar da Venezuela, e eles disseram que estão ensinando como se planta e gera alimento naquele país. Isso é importante.

Quero parabenizar a Embrapa pelos 50 anos de idade e a Embrapa Hortaliças pelos 42 anos de idade. Estava lá o Fernando, que é presidente da Federação da Agricultura do Distrito Federal, e dirigentes da Embrapa.

A Embrapa tem 5 campos aqui no Distrito Federal, portanto é uma empresa que merece reconhecimento, é uma empresa pública que a extrema direita tentou destruir. Mas nós de esquerda sustentamos a importância da Embrapa, porque sabemos da importância estratégica que ela tem como empresa de tecnologia agrícola.

Eu quero parabenizar a Embrapa por sua existência e parabenizar os servidores da Embrapa pelo trabalho que eles fazem pela agricultura brasileira. Quero dizer que, se hoje nós despontamos como um dos maiores produtores agrícolas do Brasil, é, exatamente, por termos uma empresa com a capacidade que tem a Embrapa.

O segundo ponto que eu quero abordar, presidente... Eu até estava pensando em não falar mais dessa questão da Venezuela, mas eu vejo, deputado Fábio Félix, as pessoas que vão àquele plenário acusar o Maduro de traficante. Eu não vi nenhum dos que foram ali, da extrema direita, falando daquele avião carregado com 300 quilos de maconha, de *skunk*, que é a maconha refinada, lá em Belém, no Pará. Um avião de uma igreja chamada Quadrangular. Eu vou dizer que a igreja é traficante? Não vou. Mas o avião é da igreja e estava com 300 quilos de *skunk*.

E teve também – e para nós foi uma vergonha – aquele avião da Força Aérea Brasileira, deputado Pastor Daniel de Castro, lá na Espanha, que foi apanhado com cerca de 500 quilos de cocaína. Era um avião da Força Aérea que fazia parte do comboio presidencial.

O presidente Capitão Capiroto estava indo para o Japão, e fizeram uma escala técnica lá na Espanha. Havia 500 quilos de cocaína dentro do avião da Força Aérea, um avião que fazia parte da comitiva presidencial. O militar que foi pego está preso até hoje.

Aí vêm dizer que o Maduro é que é traficante? Eu nunca disse aqui que o Capitão Capiroto era traficante, mas foi pego o avião presidencial com 500 quilos de cocaína.

Eu queria fazer um desafio às pessoas que atacam tanto a Venezuela: vão visitar a Venezuela e voltem para debater conosco. Vão lá visitar a Venezuela.

O embargo comercial feito pelos Estados Unidos não atinge os produtos alimentícios e, hoje, a maior venda de produtos alimentícios é de produtos dos Estados Unidos. Os Estados Unidos estão ganhando dinheiro com o embargo. Os Estados Unidos estão ganhando dinheiro com o embargo que fazem à Venezuela.

Eu tenho um amigo que era empresário aqui no Distrito Federal e se mudou para a Venezuela. Ele é um grande comerciante na Venezuela. Ele me dizia, deputado Ricardo Vale, que lá existe gente passando fome do mesmo jeito que no Brasil, só que há mais gente sendo alimentada do que no Brasil; e há uma classe média alta também, muito bem remunerada. Sabe qual é a diferença? É que, antigamente, o petróleo da Venezuela era para meia dúzia da elite venezuelana, e, hoje, o resultado do petróleo é para atender a maioria da população.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, uma das coisas que eu admiro muito nesta casa é a inteligência do deputado Chico Vigilante. Acho que ele, para todos nós, é unanimidade. Mas eu quero crer que é apenas uma analogia o que ele fez e não

uma ilação, evocando para cá o nome de uma igreja, porque aí é maldade. O avião, foi muito bem dito, pertence à igreja, não é da minha igreja – deixo bem claro –, mas pertence a uma igreja evangélica e eu, nesta casa, tenho obrigação de defender as nossas igrejas.

O avião é da igreja liderada pelo ex-deputado Josué Bengtson, um grande deputado do Pará. Mas, quanto ao avião, quem o denunciou foi a própria igreja, porque colocaram a maconha dentro do avião. No entanto, o avião fica lá, e esses aviões são alugados também.

Então, por favor, deputado Chico Vigilante, só tire a igreja, até porque nenhum de nós que fomos ali à tribuna acusamos o seu presidente. Nós estamos acusando o Maduro e o gesto do seu presidente de receber um narcotraficante no Palácio do Planalto.

Deputado Chico Vigilante, tem coisa que nós não vamos à tribuna para defender. Não vamos. Vocês nos atacam: “Capitão Capiroto”, como o senhor fala aqui, mas não vamos lá. Muitas vezes, nós deixamos passar batido, até pelo nosso respeito, mas tem coisa que é indefensável. E uma coisa indefensável que o Lula fez hoje foi receber um narcotraficante no Palácio do Planalto. São 15 milhões de dólares, 75 milhões de reais o prêmio para prendê-lo, e isso não dá para esconder.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, senhor presidente.

Essa fala bem me lembrou o meu amigo deputado Pepa. O Ministro Paulo Sérgio Domingues, do Superior Tribunal de Justiça, presidente, suspendeu, em liminar, uma cobrança da multa de mais de 3 milhões de reais que estava sendo aplicada ao sindicato dos professores por conta da greve de 2017.

Quero deixar registrado esse fato e esse gesto do STJ para fazer, mais uma vez, um apelo contra práticas antissindicais do atual governo, que não quer apenas a multa, mas também trancar as contas.

É importante, com a suspensão da greve, que esse debate também seja feito sobre essa greve de agora, de 2023, mas deixo registrado isso. Parabéns a decisão do STJ pela suspensão, que entendeu que a greve dos professores, naquele momento, era justa e legítima, como também é a greve que aconteceu neste ano de 2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde, presidente, vice-presidente da casa; deputado Robério Negreiros, líder de governo; colegas firmes e fortes.

As enfermeiras estão aqui sempre. Que bom, porque nós precisamos muito de vocês. Nós tivemos a Conferência Distrital de Saúde ontem. Foi um marco muito importante. Nós esperamos 4 anos para nos esperanças, e eu acho que o nosso maior desafio – e estava falando disso inclusive agora quando abrimos a 4ª Semana Legislativa da Mulher, deputada Doutora Jane – é tentar fazer com que as leis e tudo o que planejamos, na conferência, virem realidade. Porque há leis muito boas.

Muitas leis são boas, até a própria Lei Maria da Penha é boa. Nós precisamos muito que essas leis virem realidade. Acho que a própria sociedade precisa fazer um esforço muito grande para que isso aconteça. Isso passa por uma resignificação, inclusive, do que significa política.

Eu queria falar da conferência, acho que todos nós parlamentares temos que estar envolvidos com a questão da saúde. É um ano importante.

Quero falar também que estive hoje na assembleia das carreiras da assistência social, liderada pelo sindicato deles – o Sindsasc. Quero agradecer à assistência social, porque eu estou na Comissão de Assuntos Sociais e, nesta pasta, percebemos o quanto realmente precisa de investimento. É uma carreira que lida com a dor das pessoas, que trabalha em locais e estruturas muito prejudicados, mas, graças a Deus, nós estamos conseguindo avançar e abrir diálogo.

Nós colocamos 1 milhão e meio dentro da Secretaria de Desenvolvimento Social. Algumas das nossas demandas já foram atendidas, como a própria reforma do Paranóia e o chamamento dos concursados da pasta, mas nós precisamos avançar. Uma coisa que eu sempre busco é o diálogo. Quero agradecer, inclusive, ao Gustavo, chefe da Casa Civil, porque imediatamente, quando eu pedi que fosse aberto diálogo com a secretária Marra, eles conseguiram e abriram a pasta. Graças a Deus, nós vamos conseguir uma mesa de negociação. Isso é um início. Precisamos avançar muito.

Há muitas coisas que passam pela questão pecuniária, pelo valor, porque é uma carreira muito defasada. O tíquete deles é muito ruim; eles perderam algumas gratificações; os aposentados estão sofrendo muito, porque a tributação foi muito maior em 2019. Então, nós temos muitas coisas para pedir, mas algumas coisas não passam, como o próprio concurso de remoção, pela questão pecuniária. Essa é a nossa luta. Vai ser a nossa luta. E nós, com certeza, com diálogo, podemos avançar.

Quero também agradecer ao presidente deputado Wellington Luiz, porque houve nomeação de mais concursados da Câmara Legislativa hoje. Para mim, que sou uma defensora dos concursados, isso é um motivo de muita alegria. Eu acredito que mais enfermeiros vão ser chamados. Nós precisamos de vocês enfermeiros. Essa é a minha luta. Estou brigando para que possamos ampliar o orçamento e tenho mostrado a necessidade de vocês.

Já falo sobre a questão da saúde. Colegas, nós estamos com um problema muito grave, e eu preciso da ajuda de vocês parlamentares. Nós estamos com uma demanda reprimida de 800 pacientes na regulação, deputado Chico Vigilante, aguardando atendimento de oncologia.

A deputada Paula Belmonte brilhantemente tem conduzido a Comissão de Fiscalização. Sob a presidência dela, eu quero registrar que, pela primeira vez, desde 2017, o Instituto de Gestão Estratégica veio prestar contas nesta casa. A deputada está à frente da comissão sempre trazendo transparência – que é uma marca dela. Então, deputada Paula Belmonte, quero parabenizá-la.

Eu quero dizer que ainda vamos ter uma sessão extraordinária convocada pela deputada. É importante que vocês servidores acompanhem essa sessão. Será no dia 6, terça-feira, às 10 horas. Nós vamos fazer muitas perguntas e precisamos desses esclarecimentos. Entre essas perguntas, questionaremos por que a contratação do Iges, em serviços que só existem lá – como neurologia, traumatologia e oncologia –, estão com metas de 2017. São metas completamente defasadas. E, ainda com as metas defasadas, o Iges não consegue bater essas metas.

A questão da oncologia é grave. Os pacientes estão morrendo sem atendimento. Então, nós precisamos nos mobilizar. Essa é uma situação sensível, e eu estou falando só da oncologia. Há mais problemas.

Quero dizer que eu acabei de receber uma denúncia dos meus colegas que são reguladores. Eu fui durante muitos anos reguladora, fazia plantões na Central de Regulação. Hoje, das 30 viaturas do Samu, 15 estão paradas; das 8 viaturas avançadas, só 2 estão rodando. Viaturas...

(Soa a campainha.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Já estou terminando, senhor presidente.

... viaturas recebidas agora já estão sem contrato de manutenção.

Perdemos uma criança de 2 anos que estava há 12 horas na fila por falta de atendimento de viatura e de recursos humanos – estou dando exemplos desta semana! –; perdemos uma senhora de 70 anos que estava há 48 horas aguardando remoção. Por isso, volto a falar que o transporte sanitário precisa ser resolvido dentro da Secretaria de Saúde.

Quero dizer que há um problema com relação ao contrato de manutenção de quem faz a esterilização dos equipamentos. Esse está vencido desde janeiro. Depois, quando acabar o material que já está esterilizado, poderemos ter um problema muito sério dentro da Secretaria de Saúde. Já enviei mensagem para a secretária, e ela sempre nos responde. Vamos fazer um requerimento de informação, mas eu volto a dizer que a saúde do Distrito Federal precisa ser compromisso de todos.

Obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Vou chamar para fazer uso da palavra o deputado Robério Negreiros.

(Manifestação fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – O último inscrito nos Comunicados de Parlamentares é o deputado Fábio Félix. Em seguida, eu farei a recomposição do quórum.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu quero citar uma pauta que eu acho muito importante para esta casa.

Hoje eu estive na assembleia dos servidores da carreira pública de assistência social. Essa é uma carreira importante, é a carreira que faz a execução de uma política pública fundamental hoje para o enfrentamento da desigualdade, da vulnerabilidade social, a do nosso Sistema Único de Assistência Social.

Infelizmente, essa é uma carreira muito defasada e o salário desses servidores e servidoras já não corresponde ao tamanho da responsabilidade deles. Hoje eles atendem a maior parte da população que vive na pobreza no Distrito Federal. Existem pessoas que precisam de benefícios sociais e são atendidas no Cras, no Creas e também nas unidades de acolhimento. São serviços que vão de baixa a alta complexidade numa dinâmica de trabalho que precisa de investimento, reflexão teórica, formação, e esses servidores são desvalorizados. Eles não são cuidados pelo Governo do Distrito Federal. Há um problema de gestão pública quando se trata da reestruturação das carreiras.

Esses servidores estão em indicativo de greve, fizeram uma assembleia hoje. O governo abriu uma mesa de negociação. Haverá uma próxima reunião antes da deflagração da greve, e eu quero pedir a todos os deputados e deputadas e ao Governo do Distrito Federal que deem atenção à carreira pública de assistência social.

O deputado Robério Negreiros, nosso líder do governo, sabe que quem segurou a bronca da pandemia, entre outras áreas como o Sistema Único de Saúde, foi a assistência social, foram os nossos servidores da assistência na ponta, fazendo atendimento qualificado e atendendo a população em situação de vulnerabilidade, garantindo os benefícios sociais.

Vamos dar atenção aos nossos servidores da assistência. Eu queria trazer esse tema para a Câmara Legislativa do Distrito Federal, porque eu acho que é um tema de urgência. Para que não haja mais uma greve, o governo precisa também apresentar uma resposta concreta a essa carreira.

Muito obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Eu quero fazer um adendo à fala do deputado Fábio Félix.

O governo está sensível a essa questão do diálogo com as categorias. Não foi diferente com a categoria dos professores, mas todos sabem das dificuldades com relação às questões orçamentárias e até do problema que se avizinha, o do Fundo Constitucional. O diálogo vai permanecer. Que as categorias também tenham a sensibilidade de ver essa questão do diálogo e não deflagrem a greve antes de se iniciarem essas conversas.

Peço também a recontagem do quórum.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Acato a sugestão. Lembro a todos que o deputado Wellington Luiz, o deputado Hermeto e o deputado Roosevelt estão em reunião no Ministério da Justiça.

Solicito que as senhoras e os senhores deputados registrem a presença nos terminais para recomposição do quórum.

(Procede-se à verificação do quórum por meio do painel eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Estão presentes 12 deputados, não havendo, portanto, quórum regimental.

Por falta de quórum e por nada mais haver a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h41min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

Adasa – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRB – Banco de Brasília

CDESCMAT – Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo

CNH – Carteira Nacional de Habilitação

Cras – Centro de Referência de Assistência Social

Creas – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DER – Departamento de Estradas de Rodagem

